



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,  
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS  
HUMANOS NA AMÉRICA LATINA**

**ELESPORELAS:  
CONHECER E AGIR PARA TRANSFORMAR**

**CAMILA CABRAL PALUDO**

Foz do Iguaçu  
2022



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,  
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS  
HUMANOS NA AMÉRICA LATINA**

**ELESPORELAS:  
CONHECER E AGIR PARA TRANSFORMAR**

**CAMILA CABRAL PALUDO**

Artigo apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Direitos Humanos na América Latina

Orientador/a: profa. Ms. Francielli Rubia Poltronieri

Foz do Iguaçu  
2022

CAMILA CABRAL PALUDO

**ELESPORELAS:**  
CONHECER E AGIR PARA TRANSFORMAR

Artigo apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana como requisito parcial para a conclusão do curso de Especialização em Direitos Humanos na América Latina

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora: Profa. Ms. Francielli Rubia Poltronieri  
UNILA / UFPR

---

Profa. Dra. Ana Paula Araujo Fonseca  
UNILA

---

Profa. Dra. Lorena de Freitas  
UNILA

Foz do Iguaçu, 11 de novembro de 2022.

## TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do/a autor/a: \_\_\_\_\_

Curso: Especialização em Direitos Humanos na América Latina

Tipo de Documento	
(.....) graduação	(.....) artigo
( x ) especialização	(x) trabalho de conclusão de curso
(.....) mestrado	(.....) monografia
(.....) doutorado	(.....) dissertação
	(.....) tese
	(.....) CD/DVD – obras audiovisuais
	(.....)

Título do trabalho acadêmico: \_\_\_\_\_

Nome do orientador(a): professora Mestra Francielli Rubia Poltronieri

Data da Defesa: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

### Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons Licença 3.0 Unported*.

Foz do Iguaçu, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável

Dedico este trabalho, a todes que se agarram em suas utopias e no dia a dia não desistem de transformar o mundo.

## AGRADECIMENTOS

O que é uma pessoa senão as relações que cria com as outras pessoas nos encontros e desencontros da vida.

Por muito tempo acreditei que o universo conspirava contra mim, devido a tantas provações que passei e passo, coisas que com o tempo começaram a me rotular como alguém com pouca sorte. Entretanto, com a maturidade adotei uma nova forma de lidar com as adversidades acreditando que devido a elas consegui ser e aprender muitas coisas. E o melhor nessa forma de ver a vida, é acreditar que sou alguém extremamente agraciada por ter tido contato com pessoas tão maravilhosas que, com certeza, têm participação única em toda e qualquer conquista na minha vida, especialmente neste trabalho. Reservo as frases seguintes, para agradecer a algumas delas, mas tendo em mente que seria impossível nomear todos aqueles que me serviram de exemplo, me ajudaram e completaram meus dias.

Agradeço primeiramente aos professores, que encontrei em minha vida desde o nível fundamental até a pós graduação, que me incentivaram a ter o gosto pelo conhecimento e uma vontade insaciável de aprender. Aos que acreditaram no meu potencial, me encorajando a ir atrás de oportunidades muito além das que eu imaginava possíveis. Descobri assim a educação como uma ferramenta de sobrevivência e realização pessoal.

A minha família, não sei se lhes repito o suficiente o quão importantes são para mim, meu companheiro Rick, meus filhos Ângelo, Anderson e Luiz, que crescem junto a mim na esperança de viver em um mundo que possibilite existência emancipada a todos. E a muitos parentes que até hoje não entendem bem minha profissão, meu posicionamento político, mas continuam rezando e torcendo por mim.

Aos meus amigos e colegas de curso, dedico meu trabalho por todo suporte, amizade, conquistas, trocas de experiências, esclarecimento de dúvidas e todas as vezes que eu não acreditava que seria possível seguir em frente nesse processo, alguém sempre esteve lá para pegar na minha mão e lembrar que nessa luta ninguém ficaria para trás. A todos os nossos grupos de whats que expressavam em suas 400 mensagens diárias o potencial desta turma, esta que me oportunizou representá-los e nos seus e consensos me fizeram continuar esperançosa na defesa dos direitos humanos.

A minha orientadora Fran, que aceitou o convite sem titubear de ser a minha

como ela mesma diz: “desorientadora”, acreditou em meus sonhos e minha falta de objetividade, me deu total autonomia para a produção do trabalho e surgia como um sopro de alívio toda vez que avaliava as palavras e conexões do trabalho.

Às mulheres que tenho a sorte de chamar de parceiras de vida, que surgiram em minha história nas formas mais variadas possíveis e mantêm-se nela de modo singular. Me rodeiam no trabalho e na vida mostrando a beleza, a força e os desafios de ser mulher, realizando o apoio nas conquistas e nos dias que os problemas precisam de posicionamento e ação. Com falas difíceis de ouvir em suas verdades sinceras, mas também nas zueiras que fazem rir até dos piores momentos, e naquelas horas que só precisei de um abraço que eu não sabia pedir ou uma presença para preencher um vazio familiar, elas estavam lá. Saibam, tenho orgulho de vocês MULHERES que fazem parte de tantas mudanças em minha vida, muitas vezes nem tendo consciência disso.

Por fim agradeço à mulher que sou, que corre atrás de seus sonhos. Que não se cala diante da injustiça, que é idealista sim, que não se permite deixar de criar, estudar, mudar e sonhar. Mas trabalha para equilibrar a vontade de voar e a necessidade de saber colocar os pés no chão. Espero que daqui alguns anos você possa ter tanto orgulho da pessoa que se tornará quanto a menina bagunceira e a adolescente gótica, do passado tem da mulher que você é hoje.

A todos os mencionados, e a muitos outros que passaram em minha mente no momento de escrever essa parte, meus agradecimentos.

“Por um mundo onde sejamos socialmente iguais,  
humanamente diferentes e totalmente livres”.  
(Rosa Luxemburgo)

## RESUMO

O presente trabalho contemplou o estudo do movimento feminista através de um resgate histórico da sua primeira, segunda e terceira ondas, até o atual período considerado quarta onda. Relacionando a luta do movimento pela igualdade de gênero e a incorporação na ONU Mulheres, além da repercussão destes ideais nas ações da campanha ELES por ELAS. Para tanto, optou-se pelo método qualitativo, com a técnica de pesquisa bibliográfica de autores que pesquisam sobre a campanha em diferentes perspectivas. Concluiu-se que a campanha ElesporElas HeforShe, lançado pela ONU Mulheres é válida e necessária, pois busca encontrar, atrair e convencer pessoas interessadas e dispostas a defender a igualdade de gênero em seus cotidianos e espaços de influência, tem aspectos a serem revisados mas de modo geral divulga e influencia ideias de igualdade de gênero.

**Palavras-chave:** Movimento feminista, Igualdade de gênero, campanha ELEporELAS.

## RESUMEN

El presente trabajo contempló el estudio del movimiento feminista a través de un rescate histórico de su primera, segunda y tercera ola, hasta el período actual considerado cuarta ola. Relatando la lucha del movimiento por la igualdad de género y su incorporación a ONU Mujeres, además de la repercusión de estos ideales en las acciones de la campaña ELES por ELAS. Para eso, se optó por el método cualitativo, con la técnica de búsqueda bibliográfica de autores que investigan sobre la campaña desde diferentes perspectivas. Se concluyó que la campaña ELESporElas HeforShe, lanzada por ONU Mujeres, es válida y necesaria, ya que busca encontrar, atraer y convencer a personas interesadas y dispuestas a defender la igualdad de género en su vida cotidiana y espacios de influencia. de la igualdad de género.

**Palabras clave:** Movimiento Feminista, Igualdad de Género, campaña ELEporELAS.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>1 CONTANDO A HISTÓRIA: O MOVIMENTO FEMINISTA, DAS PRIMEIRAS REVINDICAÇÕES AO ATIVISMO DIGITAL</b> .....	14
<b>2 A ONU E A “ELESPORELAS”</b> .....	29
2.1 A ONU MULHERES.....	
2.2 CAMPANHA HEFORSHE - ELESPORELAS: UM ENFOQUE NA PRÁTICA PARA A IGUALDADE DE GÊNERO.....	34
<b>3 REVISÃO E ANÁLISE DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS</b> .....	38
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	44
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	47

**LISTA DE FIGURAS**

Figura 1: ONU Mulheres.....	35
Figura 2: Igualdade de Genero.....	36
Figura 3: HeforShe.....	40
Figura 4: ElesporElas.....	41
Figura 5: Kit de Ferramentas.....	41
Figura 6: Marca da campanha.....	42
Figura 7: Seja a mudança.....	44

## INTRODUÇÃO

Historicamente, a luta contra a discriminação do corpo e vida femininos, faz parte dos debates e reflexões no âmbito do movimento feminista e das organizações de direitos das mulheres, principalmente sobre a avaliação da atuação dos sujeitos na promoção da igualdade de gênero. Observa-se, neste contexto, que o progresso na conquista e efetivação de direitos das mulheres tem sido desigual entre os países, com a discriminação permanecendo em diversos países do mundo. O presente trabalho tem por objetivo, suscitar reflexões sobre a campanha *HeForShe* (ElesporElas) da ONU Mulheres como instrumento de promoção e conscientização de igualdade de gênero na sociedade atual.

O interesse por tal objeto de estudo sempre esteve presente em minha história pessoal, citando Simone de Beauvoir em sua obra *O segundo sexo* de 1949, “Não se nasce mulher, torna-se mulher”. Nesse sentido, a luta pela igualdade de gênero faz parte do meu processo de me tornar mulher. Todavia nos desdobramentos da Especialização em Direitos Humanos na América Latina, ofertado pela Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA), e a proposta interdisciplinar do curso, consegui construir uma conexão entre os temas, estudos e pessoas, somada a abrangência da multiculturalidade e principalmente, na apropriação do conhecimento sobre os instrumentos que me direcionaram para a defesa dos direitos humanos, percebi uma oportunidade em usar esse tema enquanto parte do processo avaliativo para conclusão do curso e, no mesmo viés, ser um meio que proporcione aos leitores uma replicação do debate e defesa dos direitos das mulheres.

O debate do trabalho possui relevância devido a continuidade de ondas conservadoras na conjuntura atual que buscam propagar nas relações sociais a desigualdade entre gêneros, refletida em ações de violência e sofrimento para ambos os sujeitos. Na mesma direção a relevância encontra-se na compreensão destas relações pelo vies histórico de luta do movimento feminista na conquista de direitos e aparatos legais que protegem à mulher e possa findar com o machismo, neste caso analisando uma campanha mundial da ONU Mulheres.

Como problema de pesquisa, propomos a seguinte questão: a campanha ElesporElas da ONU Mulheres, colabora com a divulgação dos ideais da igualdade de gênero na sociedade atual? Para responder a questão norteadora deste estudo, tornou-se

necessário percorrer o objetivo geral: Analisar de que forma a campanha *ElesporElas* da ONU Mulheres colabora com a divulgação dos ideais da igualdade de gênero na sociedade atual. Tendo como desdobramentos três objetivos específicos:

1. Compreender a trajetória histórica das lutas feministas para a concepção de igualdade de gênero;
2. Analisar como a campanha *ElesporElas* divulga, no contexto atual, os ideais da igualdade de gênero;
3. Revisar nos estudos já produzidos sobre a campanha suas potencialidades e desafios para atingir seus objetivos.

A metodologia utilizada na pesquisa foi a abordagem qualitativa com a modalidade de revisão bibliográfica, a delimitação do tema se deu na pesquisa on-line e pública de produções científicas correspondentes ao ano de 2014 até setembro de 2022. Tendo como palavras chaves para a coleta da pesquisa: campanha *HeforShe*, campanha *ElesporElas* da ONU Mulheres. Como também foram utilizados materiais, vídeos, da plataforma oficial da ONU Mulheres e o site da campanha. Foram encontrados oito trabalhos sobre a campanha tendo sido todos utilizados para as devidas apreciações e fichamentos.

No primeiro capítulo buscou-se contar a história do movimento feminista através de um resgate histórico da sua primeira, segunda e terceira ondas, até o atual período considerado quarta onda. No segundo capítulo descreve brevemente o progresso histórico desde a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) até a formação da entidade da ONU Mulher, relacionando a luta do movimento feminista pela igualdade de gênero e a incorporação destes ideais nas ações da campanha *HeforShe*. E o terceiro capítulo volta-se à revisão e análise das produções científicas da campanha *HeforShe* e suas formas de colaboração para a divulgação do ideias de igualdade de gênero.

Tendo em vista os aspectos observados durante a pesquisa, conclui-se que a campanha *ElesporElas* lançada pela ONU Mulheres em setembro de 2014, é válida e necessária, pois busca encontrar, atrair e convencer pessoas interessadas e dispostas a defender a igualdade de gênero em seus cotidianos e espaços de influência. Percebemos que a campanha apresenta aspectos a serem revisados. Entretanto, divulga e influencia ideias de igualdade de gênero.

Assim, sintam-se bem-vindos a este texto que tem clareza de sua pequena contribuição teórica e que não acaba em si e não tem o objetivo de dar respostas, mas tem o compromisso com a história que ao ocupar esse espaço acadêmico buscou

repercutir a voz da luta, reconhecimento das conquistas e clareza na continuidade do processo humano de se indignar e realizar rupturas históricas nas rotinas de dominação.

## 1 CONTANDO A HISTÓRIA: O MOVIMENTO FEMINISTA, DAS PRIMEIRAS REVINDICAÇÕES AO ATIVISMO DIGITAL

Só um movimento de mulheres conscientes de seus direitos e devidamente mobilizadas para exigir o cumprimento da lei e a punição para aqueles que porventura a transgredirem, é que garantirá a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (SARDENBERG ; COSTA 1994, p.109).

O caminho a ser percorrido em direção à igualdade de gênero, em um cenário onde homens e mulheres gozem dos mesmos direitos e oportunidades em todas as dimensões, é uma tarefa social que envolve comprometimento e criticidade sobre ressignificar a própria história da humanidade. Buscando trazer a atualidade dessa reflexão sobre o prisma de direito das mulheres frente às violações de sua condição, apresentaremos uma breve trajetória do Movimento feminista, desde os anos 1960 até os dias de hoje.

Ao longo do tempo as mulheres enfrentaram e ainda enfrentam várias formas de opressão e exploração, as quais muitas vezes não são percebidas. Contemporaneamente, persiste a dificuldade de mudança da mentalidade construída ao longo da história da humanidade, principalmente com relação à compreensão sobre as “leis ditas naturais”, em referência ao papel social da mulher e do homem, como apontam as autoras Sandenberg e Costa “ao homem a vastidão do mundo e à mulher, as fronteiras da casa” (2003, p.16).

Encontra-se nesta relação de luta contra a exploração e opressão, subordinação e desigualdade entre os gêneros a origem dos movimentos feministas. Nesse sentido, o surgimento de uma consciência crítica feminina acerca dessa opressão e os movimentos de emancipação e libertação das mulheres, começam a se esboçar a partir do século XVII tendo, a partir no século XIX (com o advento do capitalismo e o alvorecer da ‘modernidade’), uma maior nitidez, que se ampliou nas últimas décadas.

Nancy Fraser (2019), demonstra detalhadamente essas variações e modificações do movimento feminista na passagem do feminismo explosivo e radical para o feminismo de luta pela representação, “que começa expondo o forte androcentrismo do capitalismo e propondo a transformação da sociedade capitalista em suas raízes mais profundas, progressivamente se desdobra em lutas pelo reconhecimento identitário, pela representação e pela participação” (2019, p.11), ao fazer apontamentos e estudos críticos sobre a justiça de gêneros. Ou seja, falar do feminismo requer uma tarefa de uso do

“plural” e indissociada as questões históricas de cada momento, considerando nesse movimento social as diferenças entre as várias correntes feministas, seus pressupostos teóricos e suas práticas políticas (SARDENBERG ; COSTA, 1994).

Em busca de uma revisitação do conceito feminismo, Sardenberg e Costa (1994), ao priorizarem a igualdade entre os sexos e a redefinição do papel da mulher na sociedade, pressupõem o surgimento de uma consciência de gênero feminista, na qual estão projetadas e reelaboradas as desigualdades vivenciadas por determinadas mulheres, num determinado momento da história. E ao parafrasear Thompson, as autoras afirmam que o feminismo é:

Um fenômeno que surge quando algumas mulheres, com resultado de experiências comuns, sentem e articulam a identidade de seus interesses, e os direitos que lhe são negados em relação aos homens. As experiências comuns são determinadas por sua situação de sexo subordinado. A consciência de gênero é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistema de valores, idéias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de gênero. A consciência de gênero surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma (SARDENBERG e COSTA, 1994, p.84).

Corroborando a afirmação, Knapik (2005), destaca que o feminismo foi uma resposta ao “sexismo” que produz desigualdade baseada nas diferenças entre os sexos. Um dos principais objetivos dessa proposta foi a transformação nas relações de poder entre os sexos, desconstruindo a noção de que os atributos masculinos e femininos são naturais e imutáveis. Assim, a essência do feminismo é a (re)definição do gênero feminino, negando a identidade da mulher conforme definida pelos homens e pela família patriarcal (CASTELLS, 2008, p.211).

Os processos de formação das consciências de gênero e de classe possibilitam a introdução de recortes interseccionais de raça, classe, geracional, capacitista, orientação sexual, entre outros. Demonstrando que “a vida de cada mulher, tal qual sua impressão digital, é sempre única e tem sua própria marca. Ela poderá ou não ter uma trajetória que a leve a uma conscientização dessa opressão e à vontade de transformá-la” (SARDENBERG e COSTA, 1994, p.85).

Endossando essa compreensão, outros elementos que merecem diferenciação são as expressões “movimento das mulheres” e “movimento feminista” e, utilizando como referência o estudo de Fernanda Vilarim e Eduardo Gomes (2020), apontamos que o primeiro se refere a ações organizadas que defendem direitos e melhores condições de vida e trabalho para as mulheres, enquanto o segundo concerne a ações que combatem a subalternidade e a discriminação das mulheres, ao buscar o protagonismo em suas vidas

e história. Dessa forma

Apesar de em alguns contextos os termos serem utilizados como sinônimos, em que o feminismo seria qualquer movimento que partisse das mulheres, existe a concepção de que o movimento feminista é mais organizado, ao passo que ocupa e interfere em debates políticos e políticas sociais, enquanto o movimento das mulheres, apesar de ter surgido antes do movimento feminista e ter mais representantes, não apresenta a mesma força e organização (VILARIM e GOMES, 2020, p.275).

Buscando aprofundar a trajetória do movimento feminista, o presente trabalho utilizou o conceito de “ondas”, que longe de serem estanques, conservam uma movimentação natural em seu interior, de fluxo e refluxo, começam difusas e imperceptíveis e, aos poucos (ou de repente), se avolumam em direção ao clímax, aquele instante de maior envergadura, para então refluir numa fase de aparente calma, e novamente recomeçar (FRASER, 2019, p. 25). Assim, a definição do Movimento Feminista por meio de "ondas" se refere aos períodos cronológicos e tem por objetivo otimizar o estudo das manifestações feministas, consciente que a história não é linear, reconhecendo que as demandas poderiam ser diversificadas e que não se esgotam dentro de períodos delimitados.

A 1ª onda, também conhecida como Sufragista, data do final do século XIX até o início dos anos 1930. O movimento iniciado nos Estados Unidos, em 1848, denunciava a exclusão da mulher na esfera pública e deu-se em um momento em que ocorria uma expansão do conceito liberal de cidadania, abrangendo homens negros e de baixa renda. As principais protagonistas desta fase foram as mulheres brancas burguesas.

No século XVIII, a ideologia liberal toma conta de diversas revoluções, e a noção de que a liberdade do cidadão frente ao arbítrio do Estado somente se constrói com a participação política se afirma como princípio da ideologia liberal. Todavia, os limites de igualdade do liberalismo eram bem claros: ficavam excluídos as mulheres, os negros, os indígenas. Na França, embora as mulheres participassem ativamente do movimento revolucionário, não percebiam as conquistas políticas serem estendidas ao seu sexo. É nesse momento histórico que o feminismo adquire as características de uma prática de ação política organizada. As mulheres francesas passam a reivindicar seus direitos de cidadania, e o movimento feminista assume um discurso próprio (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 30-33).

O primeiro manifesto público em favor dos direitos da mulher foi a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã de Olympe de Gouges apresentado aos Estados Gerais Francês em 1791, que após lutar juntamente com os homens pelos ideais burgueses da

Revolução Francesa, não sentiu o seu sexo representado na declaração universal. Por causa de sua crítica aos valores patriarcais e à violência do poder jacobino, ela foi guilhotinada em 1793. Segundo os revolucionários franceses, Olympe recebeu tal sentença por ter cometido dois “pecados”: querer ser um homem de estado e trair a natureza de seu sexo (TEDESCHI, 2016, p. 37). Ser um homem de estado era ultrapassar a barreira do privado e adentrar no mundo público da política e do poder, masculino por excelência; trair a natureza de seu sexo era escapar das armadilhas históricas destinadas ao feminino. A “natureza feminina” destinava-se somente ao casamento e à maternidade.

Enquanto na Europa e mais tarde nos Estados Unidos procedia-se à revolução em todas as esferas da vida social, inclusive nas relações pessoais e na família, deslanchar pelo novo modo de produção que ali se estabelecia, no Brasil como nos demais países da América Latina, ainda se vivia sob o regime colonial, escravocrata e patriarcal<sup>1</sup> (DUARTE, 2019). Essa cultura de superioridade masculina imposta pelas “Ordenações de Portugal” concedia ao marido não só amplos poderes, mas ainda o cruel direito de castigar fisicamente sua mulher, somado aos limites físicos, inferioridade da educação e condições de vida (DUARTE, 2019, p.40).

Reverbera em muitas gerações femininas a condição de propriedade do homem, seu papel principal era o de reprodutora, nutrindo os filhos na infância, regendo uma casa, servindo, obedecendo e satisfazendo os “prazeres” do seu proprietário. Sem instrução e direito a heranças/posses por ser imposta a condição de incapaz, a mulher tornava-se uma eterna dependente dos mandos e desmandos do homem. Além disso, lhe eram limitadas as cláusulas do casamento ou dos conventos. Visto que moralmente era julgada se não se submetesse a uma dessas alternativas. Nas classes populares, enfrentavam um trabalho geralmente estafante, tendo que desenvolver atividades paralelas para sustento de sua prole, passando também por opressões e violações em seus relacionamentos, isso se agravava muito, no caso das mulheres negras que sofriam todas as formas de ataque, trabalhos não remunerados e corpos prostituídos.

Nessa linha, onde os homens se beneficiam com a opressão feminina, o movimento feminista surgia na luta em torno dos direitos políticos, pelo sufrágio universal,

---

<sup>1</sup> O patriarcado é um sistema ainda vigente que designa uma formação social na qual os homens detêm o poder. Sendo assim, é sinônimo de complexos arranjos sistêmicos de dominação masculina e de opressão das mulheres. A palavra “patriarcado” originou-se da combinação das palavras gregas pater (pai) e arkhe (origem e comando). Patriarcado é, literalmente, “a vontade do pai”. Entretanto, a palavra “pai” tinha outro sentido que o atual sentido atribuído a esta (genitor). [...] A palavra pater aplicava-se a todo homem que não dependia de nenhum outro, que tinha autoridade e domínio sobre a família. Assim sendo, a palavra “patriarcado” comporta uma tríplice noção de autoridade e nenhuma noção de filiação biológica. Significa território ou jurisdição governada por um patriarca (SCHNEIDER, 2020, p.31).

tomando forma a partir do direito à instrução e trabalho. O direito básico a ler e escrever e conseguir sua manutenção, assim, permitirá às mulheres tomarem consciência de sua condição inferiorizada e de lutarem por seus direitos (DUARTE, 2019).

E nas exceções daquelas poucas primeiras mulheres, que tiveram uma educação diferenciada, que tomaram para si a tarefa de estender os benefícios do conhecimento às demais companheiras, abrindo escolas, publicando livros, enfrentaram a opinião corrente que defendia a ideia de que mulher não necessitava saber ler nem escrever (DUARTE, 2019). Como o caso da Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885), educadora, escritora e poetisa brasileira que na defesa de um projeto educacional feminista, cumpriu o importante papel de elo entre as ideias estrangeiras e a realidade nacional. Inspirada na leitura de autoras estrangeiras defensoras do movimento feminista, Nísia escreveu o livro *Direitos das Mulheres e injustiça dos homens* (1832), que é considerado texto fundante do feminismo brasileiro, por tratar do direito das mulheres à instrução e ao trabalho, e ao exigir que elas fossem consideradas inteligentes e merecedoras de respeito (DUARTE, 2019, p.37).

A busca pelo do voto enquanto igualdade jurídica, no caso brasileiro, demorou mais de cinquenta anos para se tornar realidade, apesar das passeatas, dos artigos nos jornais e das dezenas de conferências públicas, esbarrava na resistência da concepção masculina em que a mulher não conseguiria manter um casamento, cuidar dos filhos e do lar e ao mesmo tempo exercer participação na esfera pública (DUARTE, 2019, p.30).

Somente em 1932, através do Decreto nº 21.076, estabeleceu-se o voto feminino e dois anos depois foi incluído no artigo 108 da Constituição Federal brasileira (1934). No que diz respeito ao trabalho, apesar da Consolidação das leis do trabalho, artigo 446, estabelecer que para trabalhar a mulher precisaria da autorização do marido, na prática nada impedia que as mulheres trabalhassem (VILARIM e GOMES, 2020, p. ).

O primeiro movimento feminista ao conquistar o direito das mulheres frequentarem as instituições escolares, votar e serem votadas e participar do mercado de trabalho, passou por um contexto de refluxo do movimento que segundo Heloisa Buarque de Hollanda (2019), merece ser analisado também como estratégia e consciência da realidade.

No entanto, é a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, ao lado do retorno da força de trabalho masculina, que se reacende o discurso que atribui à condição feminina o espaço doméstico, como ponderado por Costa e Sherding (2008), houveram cisões e propensões das sufragistas em defender o papel da mulher como mãe e esposa, mas

com pequenas e necessárias mudanças no comportamento masculino em relação à mulher. Há uma exacerbação do papel de dona-de-casa, esposa e mãe da mulher, com a desvalorização do trabalho externo feminino. A análise da mulher no mercado de trabalho não era uma prioridade nas preocupações das sufragistas e o movimento precisava buscar novos alinhamentos (HOLLANDA, 2019, p.).

Posteriormente, a segunda onda feminista começou na década 1960, nos Estados Unidos e na Europa e foi marcada pela efervescência cultural, crítica às relações de gênero e as relações políticas internacionais (guerra do Vietnã) e métodos anticoncepcionais. Foi o período em que vários movimentos foram às ruas, criticando a desigualdade social e as relações de poder entre homens e mulheres, movimento negro, movimento homossexual, por exemplo. (VILARIM e GOMES, 2020).

Diferenciando-se da primeira onda, esse momento, partiu de um entendimento de isonomia formal para o de isonomia material, apresentando um traço libertário, pautado por um novo modelo de relacionamento entre homens e mulheres ao invés de restringir o papel da mulher no trabalho, na educação ou na vida pública. A mulher deveria ter autonomia quanto às decisões sobre sua vida, incluindo a apresentação de temas como a busca pelo prazer sexual, aborto, controle de natalidade e violência doméstica e sexual contra a mulher foram apresentados. Começava-se a estabelecer os alicerces que questionavam os papéis de gênero, como o da mulher mãe, dedicada, esposa e dona-de-casa (VILARIM e GOMES, 2020, p.272).

As bases que delinearão o ressurgimento do movimento feminista nos anos 1960 são lançadas por meio de publicações de grandes escritoras e afetas a causa feminista como Simone de Beauvoir que em sua obra *O Segundo Sexo* (1949), evidenciava que culturalmente, é o homem que se afirma através de sua identificação com seu sexo, e essa autoafirmação, que o transforma em sujeito, é feita sobre a sua oposição com o sexo feminino, transformado em objeto (ALVES e PITANGUY, 1985, p. 50-52). A par das reivindicações voltadas para a desigualdade no exercício de direitos políticos, trabalhistas, civis, o movimento passa a questionar as raízes culturais dessa desigualdade, passando a haver uma denúncia contra a “crença na inferioridade natural da mulher”, calcada em fatores biológicos. Assim, o feminismo em sua segunda onda denuncia como a política, a religião e o sistema jurídico, são construções de uma cultura predominantemente masculina, refutando essa ideologia que legitima a diferenciação de papéis na sociedade (RODRIGUES, GANDEZ, RUE, 2005).

Trata-se, na realidade, de uma ideologia que encobre uma relação de poder entre os sexos, baseada muito mais em critérios sociais que biológicos. O masculino e o feminino são criações culturais e, como tal, são comportamentos apreendidos através do processo de socialização que condiciona diferentemente os sexos para cumprirem funções sociais específicas e diversas. Essa aprendizagem é um processo social: "aprendesse" a ser homem e mulher e a aceitar como naturais as relações de poder entre os sexos. A menina aprende a ser doce, obediente, passiva, dependente, enquanto que o menino aprende a ser agressivo, competitivo, ativo, independente, como se tais qualidades fossem parte de sua natureza. Esse reducionismo biológico camufla as verdadeiras raízes da opressão da mulher, que é fruto de relações sociais. O novo debate feminista mostra que a hierarquia sexual não é uma fatalidade biológica e sim fruto de um processo histórico (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 54-56)

Para Nancy Frazer (2019), o que provocou essa explosão na segunda onda, foram quatro características definidoras da cultura política do capitalismo organizado pelo Estado: economicismo, androcentrismo, estatismo, westfalianismo<sup>2</sup>.

No contexto de capitalismo organizado pelo Estado, entendido como a formação social hegemônica na era do pós-guerra, em que os estados exercem um papel ativo na condução de suas economias nacionais, ou como estamos mais familiarizados com o Estado de bem-estar social. Em ex-colônias empobrecidas, os Estados desenvolvimentistas, recém independentes, buscaram usar suas capacidades mais limitadas para iniciar o crescimento econômico nacional por meio de políticas de substituição de importação, investimento infraestrutural, nacionalização de indústrias-chave e gastos públicos em educação.

As feministas criaram uma prática organizacional completamente nova com os grupos de conscientização, grupos de estudos, engajadas também em diferentes movimentos sociais, sindicatos, associações, fundando federações, participando ativamente do movimento estudantil. Utilizando uma normativa para expressar as conquistas do movimento neste período, em 27 de agosto de 1962 é criado o Estatuto da Mulher Casada Lei nº 4.212/1962 permitindo que mulheres casadas não precisassem mais da autorização do marido para trabalhar. A partir de então, elas também passariam a ter direito à herança e a chance de pedir a guarda dos filhos em casos de separação. No mesmo ano, a pílula anticoncepcional chegou ao Brasil. Apesar de ser um método

---

<sup>2</sup> O economicismo correspondia ao fato de que o Estado, embora erguesse a bandeira da inclusão social, fazia isso no interesse do capital, num viés exclusivamente classista de distribuição econômica, indiferente a outras formas de subordinação social. O androcentrismo equivalia à persistente marginalização do trabalho doméstico e de cuidados feminino e institucionalização da figura do homem chefe do lar, especialmente acentuada ante uma política do salário-família, segundo a qual o homem deveria receber um salário principal, capaz de suprir, por si só, as necessidades de todo o núcleo familiar. O estatismo devia-se ao fato de que, mesmo no bojo de políticas públicas, cidadãos não eram tratados como tal, como seres humanos e políticos, senão como consumidores, num caráter extremamente tecnicista. O westfalianismo, por fim, correspondia ao fato de que não havia um senso político global, mas apenas uma justiça partilhada entre concidadãos (FRASER, 2009, p. 16/17).

contraceptivo bastante polêmico, por influenciar os hormônios femininos, não é possível negar que o medicamento trouxe autonomia à mulher e iniciou uma discussão importantíssima sobre os direitos reprodutivos e a liberdade sexual feminina (CORDEIRO e MOTA, 2018).

E nesse processo de reeducação e organização, as feministas contribuíram com o uso de palavras de ordem e uso de conceitos como patriarcado ao desnudar as relações de poder vinculado às relações familiares e às relações sociais (CORDEIRO E MOTA, 2018).

Nessa perspectiva da politização da vida privada e visibilidade da autonomia do corpo feminino, podemos citar a manifestação de protesto feminista “Queima de sutiãs”, que possibilitou um marco para emergir palavras de ordem a luta feminista “nosso corpo nos pertence”:

A manifestação “Queima de sutiãs” ocorreu em 7 de setembro de 1968, quando cerca de 400 mulheres, lideradas por Robin Morgan, entre outras, se reuniram em frente ao teatro onde era realizado o concurso Miss América, na cidade de Atlantic City (EUA), para protestar contra a ditadura de beleza imposta pela moda às mulheres da época. As ativistas aproveitaram a repercussão do concurso para, com a manifestação, chamar a atenção da mídia e da sociedade. O concurso era tido, pelas participantes do movimento feminista, como uma prática arbitrária e opressiva em relação às mulheres (CORDEIRO E MOTA, p. 150, 2018).

Esta manifestação, baseada na proposta de uma inversão simbólica às atribuições e padrões impostos às mulheres, abriu um caminho midiático para o feminismo. Tendo como objetivo romper com estes papéis manipulados pela cultura patriarcal e seus estereótipos de cuidado e sedução “naturais” como inerentes às mulheres, as feministas contestavam em via pública a autonomia de seus corpos. E a fogueira pública dos sutiãs e outros objetos símbolos do estereótipo de beleza tornou-se um marco deste momento que é conhecido e reconhecido na atualidade por seu potencial de rebeldia feminina (CORDEIRO E MOTA, 2018).

Neste período, houve a imposição de regimes ditatoriais em diversos países, no contexto brasileiro esse elemento trouxe para o feminismo a luta contra a ditadura entre os anos de 1964 a 1985. As mulheres eram presença constante nos movimentos de oposição ao governo e estavam envolvidas ao mesmo tempo nos movimentos de mulheres e no ativismo feminista. Para a maioria das organizações de oposição ao governo a luta das mulheres não era identificada como parte essencial da libertação do povo, o essencial era a luta de classes – o mais viria como decorrência – assim as feministas foram muitas vezes acusadas de trazerem questões pequeno-burguesas para

o debate político perdendo o foco da luta mais geral contra o regime militar (CORDEIRO E MOTA, 2018).

Nesse contexto, a injustiça de gênero estava longe de ser uma prioridade para os anti-imperialistas não feministas e os novos movimentos de esquerda. Portanto, além de intensificar a crítica ao androcentrismo do capitalismo organizado pelo Estado, as feministas da segunda onda tinham também que confrontar o sexismo dentro da esquerda. Para as feministas liberais e radicais, isto não era um problema; elas podiam simplesmente se tornar separatistas e abandonar a esquerda. Para as feministas-socialistas, as feministas anti-imperialistas e as feministas negras, ao contrário, a dificuldade era confrontar o sexismo dentro da esquerda e permanecer parte dela (FRASER, 2019 p.33)

Um exemplo dessas concepções também impregnada no Partido Comunista Brasileiro quando no planejamento das atribuições da mulher na organização afirmava que

e indispensável fazer, em cada organismo do Partido, um apurado estudo das condições em que vive a mulher, dos obstáculos que representam suas pesadíssimas tarefas domésticas para a possibilidades de qualquer atividade nas filas do nosso Partido, de maneira a reduzir ao mínimo possível as exigências estatutárias para que a mulher possa ser militante comunista, possa progredir politicamente como ativista de nosso partido sem prejudicar suas tarefas domésticas (SARDENBERG e COSTA, p. 102, 1994).

Ação reconhecida anos depois como um erro em relação à questão feminina pelo próprio PCB:

O machismo, o paternalismo, o patriarcado milenar se refletiram em nossa concepção sobre o papel da mulher na sociedade, o que levou a uma subestimação de suas potencialidades políticas e à aceitação da velha divisão do trabalho por sexo também dentro do Partido (COSTA In: SARDENBERG e COSTA, p. 102, 1994).

Por outro lado, durante esse período houve um forte debate, que acompanhou o movimento feminista, sobre se as mulheres deveriam atuar na luta geral contra a ditadura ou na luta específica pelos direitos das mulheres; ou mesmo nas duas juntas. Várias foram as correntes de pensamento feminista que se formaram a partir de análises diferentes do patriarcado e da sociedade como um todo, um exemplo a ser citado era o feminismo burguês com a *Marcha com Deus, pela Pátria e pela Família* em apoio ao golpe militar (SARDENBERG e COSTA, 1994). Por isso, é importante falarmos em feminismos no plural, já que a forma como cada um dos grupos entendia a sociedade e o funcionamento da opressão determinou suas formas de organização.

Dando continuidade aos marcos temporais da análise no ano de 1975 foi definido pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Ano Internacional da Mulher (e o primeiro ano da Década da Mulher 1975-1985), o que representou uma importante oportunidade para os grupos de mulheres (KAUER, 2018, p.44).

Em países como o Brasil que vivia sob um regime autoritário, a agenda da ONU funcionou como uma justificativa institucional para reuniões estimulando o debate e a demanda de políticas voltadas para as mulheres, por exemplo, patrocinado pela Cúria Metropolitana, e pelo Centro de Informação da ONU foi realizado o seminário *Encontro para Diagnóstico da Mulher Paulista*, na Câmara Municipal. Ainda que liderado por mulheres que já vinham realizando grupos de reflexão e estudos sobre a situação da mulher, o seminário precisou da autorização do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), visto que por questionarem os padrões de família e de feminilidade as organizações feministas colidiram com a ideologia disseminada pelo regime (KAUER, 2018, p.44).

Evidentemente, o Ano da mulher não mudou a cultura machista e opressora, mas estimulou as mulheres a se organizarem e a lutarem por temas específicos: direitos iguais para trabalho igual, liberdade sexual, direito ao prazer, direito a contraceptivos, direito ao aborto, contra a violência sexual em casa e na rua e contra a imagem estereotipada nos meios de comunicação. A partir de 1975, vários grupos se organizaram: Sociedade Brasil Mulher, Associação Nós Mulheres, Centro da Mulher Brasileira, Associação das Mulheres de A E Carvalho, SOS Mulher, Coletivo Feminino da Sexualidade e Saúde da Mulher, União Brasileira de Mulheres, Grupo de Mulheres Lésbicas Feministas (GLF), e muitas outras, em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Belo Horizonte e outros estados (KANPIK, 2005, p. 43-44).

Com todas estas transformações em curso, observou-se que a participação feminina nos sindicatos cresceu mais do que o aumento da sua participação no mercado de trabalho. Entre 1970 e 1978, o número de filiações de mulheres em sindicatos cresceu 176%. Assim nasceu também o trabalho de mulheres no interior dos sindicatos e, não sem resistência, começaram a formar grupos, diretorias, núcleos voltados às mulheres e suas demandas. Nesse período também surgiu a imprensa feminista publicando importantes jornais da imprensa alternativa: Brasil Mulher (de 1975 a 1980), com uma tiragem de 10 mil exemplares, o Nós Mulheres (de 1976 a 1978), Maria Quitéria (1977), nos anos 80 surgiram Mulherio (de 1981 a 1988), Mulher liberta Mulher (1980) e Chana com Chana (1981), (SARDENBERG e COSTA, 1994, p. ).

De 1975 a 1981, vários foram os momentos em que as mulheres unificaram suas atuações, fortalecendo a organização e o sucesso do movimento: em 1978, no Movimento pela Anistia, iniciado por elas; em 1979, no Movimento de Luta por Creches nos locais de Moradia; e, em 1979, 1980 e 1981, nos Três Congressos da Mulher Paulista, cujas decisões subsidiaram o processo da Constituinte (KANPIK, 2005, p.38).

Em 1985, ocorreu o III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, em Bertioga (SP), com a participação de mais de mil mulheres de diversos Estados e países, tornando-se um dos fatos determinantes na nova forma de organização dos encontros nacionais. Assim, deixam de ser eventos restritos aos membros de grupos autônomos e passam a incorporar grande número de mulheres participantes de outros movimentos.

Nesta compreensão de que as feministas da segunda onda buscavam em suas lutas tanto mudanças na autonomia da mulher quanto às decisões sobre sua vida, algumas conquistas legislativas deste período no Brasil demonstram avanços neste caminho, como a aprovação da Lei de Igualdade de Oportunidade de Crédito em 1974, para que clientes não fossem mais discriminados baseados no gênero ou estado civil.

Ademais, a Lei nº 6.515/1977 tornou o divórcio uma opção legal. Em 1974, foi incentivada a oportunidade de autonomia financeira, quando as mulheres conquistam o direito de portarem um cartão de crédito e contas bancárias sem vinculação com homens, podendo ditar como gastavam o próprio dinheiro. No campo do reconhecimento esportivo, somente em 1979 as mulheres tiveram garantido o direito à prática do futebol, o qual, no entanto, só teve a sua regulamentação em 1983. Em relação à proteção e investigação dos crimes de violência contra as mulheres em 1985, foi criada a primeira Delegacia de Atendimento Especializado à Mulher (DEAM) em São Paulo e, logo depois, outras unidades começam a ser implantadas em outros estados.

Assim, as organizações políticas das mulheres resultaram em mudanças importantes, tanto nas organizações e movimentos sociais em relação às pautas feministas, quanto nos direitos sociais e políticos assegurados por lei, tendo assim, o movimento deixado sua marca na Constituição de 1988.

De modo geral, com base nos estudos de Nancy Fraser (2019), sobre feminismo e o capitalismo organizado pelo estado, em suas quatro características (economicismo, androcentrismo, estatismo, westfalianismo), a segunda onda do feminismo trazia um projeto político transformador, baseado na compreensão da injustiça e na crítica sistêmica da sociedade capitalista. Em suma, as feministas da segunda onda, rejeitaram o economicismo, crendo na centralidade da justiça distributiva e na crítica da economia

política no projeto da emancipação das mulheres. Consideravam a dimensão econômica da injustiça de gênero, evidenciando sua relação com as duas dimensões adicionais da cultura e da política. Da mesma forma, ao rejeitar o androcentrismo do salário familiar, buscavam acabar com a desvalorização sistemática da provisão de cuidados e a divisão sexista do trabalho, tanto remunerado quanto não remunerado. E, finalmente ao rejeitar o estatismo dessa forma do capitalismo, incentivaram a necessidade de fortes instituições políticas capazes de organizar a vida econômica a serviço da justiça, ao democratizar o poder estatal, maximizar a participação do cidadão, fortalecer a prestação de contas e aumentar os fluxos comunicacionais entre o Estado e a sociedade.

A Terceira onda feminista surge em um contexto global de mudanças significativas na política e no comportamento das pessoas, marcado por eventos históricos relevantes como o fim de ditaduras militares na América Latina, a exemplo da Argentina em 1993, do Brasil em 1985 e do Chile em 1990, a queda do muro de Berlim em 1989 e a dissolução da União Soviética em 1991 (PAGEL, 2020, p.68). Sendo identificada pela característica de transnacionalidade, nela tentava-se desconstruir o conceito de “mulher” como classe universal, como se não existissem diferenças como raça e classe, que apresentariam aspectos de dominação e subordinação, e até mesmo questão de localidade ou religião. A questão de gênero avança para o caráter relacional e cultural tendo como bandeira desta onda o direito de interpretar (FRASER, 2019).

Segundo Nancy Fraser (2019), as feministas perceberam que ações de decisões de Estados nacionais poderiam ter consequências além de suas fronteiras geográficas, além da importância da opinião pública, realizando uma globalização do movimento feminista, na qual pautas ultrapassam fronteiras, como por exemplo, a pressão internacional para que países que permitem a mutilação genital feminina proibam a prática, ou a atenção da mídia mundial para o estupro coletivo de uma estudante na Índia. Para este processo a autora aponta o papel dos meios de comunicação e da internet como suporte de visibilidade das pautas, mas também podem se configurar como meios de ativismo e de reunião.

Nos anos 1990, com a popularização do microcomputador e do acesso à internet, a plataforma de comunicação e de ação dos movimentos sociais expandiu-se para além dos panfletos e da rua. As transformações proporcionadas pela tecnologia motivaram o nascimento de uma vertente importante do feminismo: o ciberfeminismo.

As ciberfeministas eram ativistas que acreditavam que a tecnologia seria fundamental para desestruturar as divisões de sexo e gênero. Um exemplo é o

caso da teórica cultural britânica Sadie Plant e do coletivo artístico australiano VNS Matrix, que usavam como referência a importante obra da bióloga e filósofa norte-americana Donna J. Haraway, que escreveu, em 1985, O manifesto ciborgue – ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século XX. Haraway impactou e inspirou muitas ativistas feministas (PAGEL, 2020, p.68).

Essa nova fase do movimento se propôs a tensionar e ressignificar algumas certezas defendidas pelas ondas anteriores, desafiando os paradigmas ao colocar em discussão a micropolítica e o debate sobre: o que é melhor para as mulheres? Passando a aprofundar ainda mais as discussões já apresentadas nas duas ondas anteriores, buscando compreender os papéis e funções designados para as mulheres na sociedade.

As mulheres que aderiram a grupos feministas formados por classes diversas estavam entre as primeiras a enxergar que a visão de uma sororidade fundamentada em política, em que todas as mulheres estariam unidas para lutar contra o patriarcado, não conseguiria emergir até que a questão de classe fosse confrontada (PAGEL, 2020, p.65).

Foi na terceira onda que a ideia de interseccionalidade ganhou força dentro do feminismo, principalmente na crítica ao conceito de “mulher universal” pregada durante muitos anos nos movimentos feministas. Para Akotirene (2019), a interseccionalidade pode ser compreendida como “sistema de opressão interligado” que circunda vida de mulheres negras no encontro de avenidas identitárias, posição está também contida na militância e estudos de Angela Davis, que na terceira onda feminista levou para o centro do debate do movimento a associação de gênero às categorias de raça e classe.

Assim a interseccionalidade define um posicionamento do feminismo negro frente às opressões da sociedade cisheteropatriarcal branca, desfazendo a ideia de um feminismo global e hegemônico como diretriz única para definir as pautas de luta e resistência (PAGEL, 2020, p.70). Isto demonstrou uma disputa acadêmica dentro do movimento sobre conceitos e identidades políticas para analisar as desigualdades sociais.

Outro ponto interessante da terceira onda feminista segundo os estudos de Pagel (2020), foram as ações em ambientes tidos como não acadêmico e *underground*, a exemplo deste potencial em meados dos anos 1990, cabe destacar o movimento *punk* feminista. O objetivo desse movimento era desafiar o neoliberalismo mediante a ideia do faça você mesmo, conforme aponta a autora Pagel (2020), um dos destaques dessa fase foi o *Riot Girl*, que em tradução livre significa garota rebelde. As ações desse movimento iam de bandas de música *punk*, passando pela confecção de *zines* com temáticas como estupro, patriarcado, sexualidade e empoderamento feminino até manifestações artísticas.

No Brasil, o movimento Riot Girrl chegou por volta da metade dos anos 1990 e foi representado por bandas como Dominatrix (São Paulo), Bulimia (Brasília-DF), TPM – Trabalhar Para Morrer (São Paulo), Cosmogenia (São Paulo) e Anti-Corpos (São Paulo). As pautas do movimento Riot Girl rejeitavam o tom moralista defendido muitas vezes pelo movimento feminista da segunda onda, principalmente quando o assunto era pornografia e prostituição (PAGEL, 2020, p. 71).

Portanto, o denominador comum aos movimentos da terceira onda são as críticas às narrativas prontas do conceito mulher. As feministas desta onda concluíram que mesmo com o levante de importantes debates e conquistas a estratégia de luta desenvolvida nas ondas anteriores apresentava aspectos excludentes.

A partir desta compreensão a defesa da liberdade individual de cada mulher de se vestir como quiser e de fazer o que quiser passa a ser prioridade de pauta. Como já mencionado neste texto é uma luta pelo “direito de se interpretar”, momento que passam também a se aproximar exatamente daquilo que suas precursoras entendiam como comportamentos e símbolos de feminilidade estereotipados e opressivos em busca de liberação e queda de pensamentos definidos em relação ao universo da vivência de cada mulher. é neste momento que para Pagel (2020), a pornografia e a prostituição foram retiradas da definição de “violência à dignidade da mulher” para serem estudadas no aspecto da sexualidade e como caminho de desconstrução do ideal de mulher pura e santa, à imagem da Virgem Maria, idealizada para as filhas e esposas brancas da classe média.

Para exemplificar a manifestação dessa idéia, Pagel (2020), menciona em seus estudos a manifestação política que ficou conhecida mundialmente como a Marcha das Vadias (em inglês, Slutwalk). O movimento surgiu em janeiro de 2011, na Universidade de York, no Canadá, após um policial afirmar que “as mulheres deveriam evitar se vestir como vadias, para não serem vítimas de ataques”, ao falar sobre segurança e prevenção ao crime. Os protestos iniciados em 3 de abril de 2011, em Toronto, e depois replicados em diversas cidades pelo mundo em ações em rede que buscavam protestar contra a crença de que as mulheres são responsáveis pelos atos de violência sexual em razão de roupas consideradas provocantes. Houve nesse momento a intenção de ressignificar a palavra “vadia” e promover a reflexão sobre os casos de violência e abuso contra as mulheres.

No Brasil, as manifestações pediram o fim da culpabilização das mulheres pelo estupro e o fim da violência doméstica, física, simbólica e sexual. Os protestos foram movimentos autônomos e espontâneos, organizados inicialmente pelas redes sociais e divulgados por meio de panfletos e cartazes espalhados pelas cidades. As palavras de ordem que marcaram as manifestações por todo o País

pediam o fim do machismo e da violência de gênero. Frases como “O corpo é meu, a cidade é nossa” e “Meu corpo, minhas regras” enfatizaram que a liberdade das mulheres inclui o direito de se vestir e agir livremente, sem que se justifique qualquer agressão (PAGEL, 2020, p.72).

Outro aspecto de relevância é que no âmbito político administrativo global onde a Organização das Nações Unidas (ONU) promoveu diversas conferências mundiais, as ações feministas continuavam efervescentes, no esforço para mudar as normas vigentes sobre as concepções de gênero e estabelecer as bases para a igualdade de direitos (PRÁ e EPPING, 2021). Como o caso da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, Pequim ou Beijing, na transição oficial chinesa, em setembro de 1995 e a II Conferência sobre Assentamentos Humanos ou Habitat-II, Istambul, junho de 1996 onde a participação feminista esteve presente para a elaboração de tratados, acordos e mecanismos de aplicação e monitoramento de políticas públicas (PRÁ e EPPING, 2021).

Reforça-se nesta linha a responsabilidade do Estado para a garantia da cidadania da mulher e mudança na direção de uma sociedade igualitária em questão de gênero, com a criação de Políticas que promovam o empoderamento, autonomia e cidadania ativa das mulheres como também a necessidade da participação de todos na defesa desse horizonte ético que é a igualdade de gêneros (KAUER, 2018).

Na quarta onda, considerada contemporânea, o feminismo é compreendido no sentido dos direitos humanos, que busca libertar a mulher da opressão, aproximando-se de movimentos relacionados a minorias, como mulheres indígenas, negras, multidões queer. Esta, surgiu no contexto dos avanços das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação - NTICs, especialmente do uso da Internet, proporcionando a expansão dos movimentos sociais ao permitir que os conteúdos e informações fossem acessados por qualquer pessoa conectada à rede. Desta maneira, o resultado das mobilizações passou a ser visto mundialmente, o movimento ganhou força e se aproximou do seu propósito (VILARIM; GOMES, 2020).

As NTICs apresentam uma opção aos meios de comunicação tradicionais de massa, e propiciam sua utilização como meio de ativismo digital, ou ciberativismo (CUNHA, 2012). Tanto pode ser utilizada para organizar reuniões, trocas de experiências e impulsionar mobilizações presenciais, quanto para produzir conhecimento, criar fóruns de discussão e realizar ações de repúdio.

A definição de rede, hoje mais do que nunca, está intrinsecamente presente no movimento das mulheres principalmente em razão da utilização das novas tecnologias para reunir nas ações e para atingir os seus resultados no maior número de pessoas possível, além de poder ser um espaço de desenvolvimento

de novas ações e atividades para o engajamento e conscientização (RODRIGUES; GADENZ; LA RUE, 2014, p. 276)

Nesse objetivo de tornar mundializado o debate de pautas o movimento feminista contemporâneo é diversificado, com vários focos do movimento de forma independente em diferentes partes do mundo. E a utilização das NTICs possibilita que mais pessoas tenham acesso aos conteúdos de conscientização, além de permitir que feministas de todo mundo estreitem os laços de solidariedade e ampliem os debates. Apesar de diversificado, de acordo com Mendonça, Langner e Zuliani (2017), A pauta primordial de luta do movimento feminista atualmente é em relação às questões da sexualidade e da violência, contra tabus e machismos.

Almeja-se a autodeterminação das mulheres “sobre seus próprios corpos, em relação ao exercício da sexualidade, da procriação, da contracepção, bem como a desvinculação da sexualidade com a função biológica da reprodução, exigindo o direito ao prazer sexual e à livre opção pela maternidade” (RODRIGUES; GADENZ; LA RUE, 2014, p. 8).

Silva (2022), defende que um dos principais pontos de convergência do movimento feminista contemporâneo é a luta contra violência às mulheres, cujos números são alarmantes. Segundo dados apontados pelo Instituto Patrícia Galvão, na plataforma Violência Contra Mulheres no ano de 2022, uma menina ou mulher é estuprada a cada dez minutos, no Brasil, três mulheres são vítimas de feminicídio a cada um dia, uma travesti ou mulher trans é assassinada no país a cada dois dias e vinte e seis mulheres sofrem agressão física por hora.

Diante disso, a luta das mulheres para transformar suas próprias realidades, as leis, a percepção delas sobre a sociedade está cada vez maior e necessária, aliado à internet como difusora de ideias e informações (VILARIM, FOMES 2020). Procura-se entender no próximo capítulo como os ideais da igualdade de gênero, parte dos Direitos Humanos das Mulheres e estes fruto dos movimentos feministas, como estão sendo propagados e difundidos pela campanha ElesPorElas (*HeForShe*) da ONU Mulheres.

## **2 A ONU E A “ELESPORELAS”**

A Organização das Nações Unidas (ONU), foi fundada em 24 de outubro de 1945, nascida em um contexto de pós genocídio testemunhado na Segunda Guerra Mundial, fruto de um processo de anos de planejamento, onde os países começaram a criar ações internacionais para cooperar em assuntos específicos, com o objetivo de manutenção da paz entre as nações (SANTOS, 2020). Nessa linha podemos evidenciar as seguintes

ações que antecederam tal organização como:

Em 1865 foi fundada a União Telegráfica Internacional, conhecida hoje como União Internacional de Telecomunicações (ITU) e, em 1874, surgiu a União Postal Universal (UPU). Hoje, ambas são agências do Sistema das Nações Unidas. Em 1899, aconteceu a primeira Conferência Internacional da Paz, em Haia (Holanda), que visava elaborar instrumentos para a resolução de conflitos de maneira pacífica, prevenir guerras e codificar as regras de guerra. A organização que podemos chamar de predecessora da ONU é a Liga das Nações, uma instituição criada após o fim da I Guerra Mundial, em 1919, sob o Tratado de Versalhes. Em 1946, a Liga das Nações deixou de existir, devido à impossibilidade de cumprir seu papel de evitar a II Guerra Mundial (ONU, 2015, s/p).

Na cidade de São Francisco foi ratificada a Carta das Nações Unidas em junho do mesmo ano de 1945, importante documento que deu forma à ONU, estipulando os acordos, diretrizes e objetivos a serem seguidos pelos povos para a paz e segurança no mundo. O documento foi assinado pelos países signatários China, Estados Unidos, França, Reino Unido e a ex-União Soviética (Rússia), bem como por todas as outras nações que se voluntariaram a este compromisso (KAUER, 2018).

Válido salientar, ainda, que um dos principais documentos da ONU, além da já citada Carta de São Francisco, é a Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de dezembro de 1948, que estabelece pela primeira vez a proteção universal dos direitos humanos, como uma norma comum a ser alcançada por todos os povos e nações (KAUER, 2018).

Atualmente, fazem parte da ONU 193 estados membros, divididos em cinco grandes grupos geopolíticos: África, Ásia e Pacífico, Europa Oriental; América Latina e Caribe; Europa Ocidental e outros. A sede da organização é a cidade de Nova York e possui extraterritorialidade, isento da jurisdição da lei local resultado de negociações diplomáticas (KAUER, 2018).

Os propósitos da organização expressos na Carta das Nações Unidas, em síntese são: manter a paz e a segurança internacionais; desenvolver relações amistosas entre as nações; conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais estimulando o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos; e ser um centro destinado a harmonizar a ação das nações para a consecução desses objetivos comuns (KAUER, 2018).

Suas sessões ordinárias duram o ano inteiro de setembro a setembro tendo em suas principais funções: administrar as forças de paz; analisar problemas econômicos e sociais; preparar relatórios sobre meio ambiente ou direitos humanos; sensibilizar a opinião pública internacional sobre o trabalho da ONU; organizar conferências

internacionais; e traduzir todos os documentos oficiais da ONU nas seis línguas oficiais (inglês, francês, espanhol, árabe, chinês e russo) da Organização.

Para realizar essas atribuições tão complexas o sistema da ONU é estruturado por seis principais órgãos, sendo um administrativo o Secretariado, três deliberativos Assembleia Geral, Conselho de Tutela e o Conselho Econômico e Social, e dois decisórios Conselho de Segurança e a Corte Internacional e Justiça (VIEIRA, 2016). E se ramifica em vinte e seis agências especializadas, fundos, programas, comissões, departamentos e escritórios que, apesar de vinculados por acordos internacionais à ONU, mantêm seus próprios orçamentos, regras e metas (KAUER, 2018).

Segundo o site oficial da ONU<sup>3</sup>, almejando ampla participação dos Estado-membros, quase todos os cargos eletivos da ONU são baseados na rotatividade dos grupos, o presidente da seção será eleito de forma intercalada, sendo um integrante de cada grupo geopolítico de cada vez. No início de cada sessão ordinária os países membros participam da montagem das pautas e grupos de trabalho, e todos os países podem se pronunciar perante a Assembleia no debate geral.

Na assembleia geral cada país tem um voto e pelo seu caráter universal e dos trabalhos das sessões anuais, são votados o ingresso de novos países, eleitos os membros dos outros órgãos, eleição de secretário geral da ONU, debate e votação do orçamento anual da ONU, como também, recomendações e pedidos para outros órgãos da instituição ou para países membros (ONU, 2022). Assim, a decisão da ONU reflete então a decisão de vários Estados agindo juntos no principal órgão de segurança da comunidade internacional ou de outros órgãos e agências da ONU. Quem vota e quem toma as decisões são os países, ou seja os responsáveis por cada decisão ou omissão, cada voto ou cada abstenção, tem nome, são os governos de cada respectivo país.

Todavia, Kauer (2019), Vieira (2016), Azevedo (2019), concordam a estrutura da organização apresenta-se como certos dilemas em seu poder real, considerando-a engessada que não trata todos os Estados-membros como iguais, dando, por exemplo, poder de veto (ao vetar mesmo sendo somente por parte de um país ao fazer o que está sendo avaliado não poderá seguir) no Conselho de Segurança, que tem poder de impor sanções econômicas, organizar missões de paz e autorizar ações armadas, somente aos seus cinco países-membros permanentes: Estados Unidos, Reino Unido, França, Rússia e China.

Outro ponto destacado pelas autoras, é a questão de vários Estados-membros

---

<sup>3</sup> Sobre Nós - ONU, Disponível em: <https://brasil.un.org/>

assinantes da Declaração Universal dos Direitos Humanos não possuem intenção de suportar seus princípios. Como o caso da Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos, predecessor do atual Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, teve historicamente diversos membros que eram conhecidos violadores desses preceitos (KAUER, 2019).

Somado a isso o fato que não existe um ordenamento que fiscalize e tenha autonomia impor o cumprimento das regras, e sim mecanismos que por meio de sanções econômicas deliberadas pelos países membros e seus respectivos poderes de decisão, pode realizar a negativa de venda e compra ou imposição de valores exorbitantes que devido a relação comercial poderá enfraquecer o país que está cometendo algo “errado” e este mude sua posição. Outras críticas também recaem sobre o poder dos “cinco países”.

Embora entenda-se as críticas referentes à ONU, é irrefutável seu papel com o maior mecanismo influenciador internacional, em meio as resoluções, tratados e pareceres, foi possível não vivenciarmos outras calamidades, e ter um espaço diplomático para refletir e estabelecer ações em prol de melhorias mundiais aos povos. A partir disso, vê-se a importância em analisar as iniciativas da organização em busca da legitimação dos Direitos das Mulheres e a igualdade de gênero.

## 2.1 A ONU MULHERES

Para que a paz mundial aconteça e prevaleça, vários aspectos da vida social têm que estar em equilíbrio, por isso a ONU trabalha em várias direções, abraçando diferentes causas humanitárias, neste caso ponderamos a relação com a luta dos Direitos das Mulheres e a igualdade entre os gêneros.

Almejando suprir a necessidade de combate à desigualdade entre homens e mulheres, cria-se numa Assembleia Geral da ONU, em julho de 2010, a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres, também conhecida como ONU Mulheres, com a pretensão de se tornar, segundo o site das Nações Unidas, a nova liderança internacional em prol das mulheres e meninas, fortalecendo e ampliando os esforços mundiais em defesa dos seus direitos humanos (KAUER, 2019).

Sendo sucessora do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), a ONU mulheres é um secretariado que nasceu dentro da Comissão da ONU sobre a Situação das Mulheres, esta existente há mais de sessenta anos, atuando como

uma das principais instâncias de negociação e de monitoramento de compromissos internacionais sobre os direitos humanos das mulheres (SANTOS, 2020).



Fonte: <https://www.onumulheres.org.br/>

Portanto, a ONU Mulheres defende os compromissos internacionais assumidos pelos Estados-Membros da ONU com os direitos humanos das mulheres, tais como:

- Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Cedaw, 1979): considerada a carta de direitos humanos das mulheres, com força de lei no marco legal brasileiro;
- Declaração e Programa de Ação da 2ª Conferência Internacional de Direitos Humanos (Viena, 1993): destacada pelo reconhecimento dos direitos humanos das mulheres e meninas como parte inalienável, integral e indivisível dos direitos humanos universais;
- Declaração e Plano de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994): importante pela definição do conceito de saúde reprodutiva, incluindo metas de redução de morte materna e infantil; - Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção Belém do Pará, 1994): determina a violência contra as mulheres como violação de direitos humanos e manifestação das relações de poder historicamente desiguais entre mulheres e homens; - Declaração e Plataforma de Ação de Pequim (1995): define o conceito de gênero para a agenda internacional e representa um consenso dos Estados-Membros da ONU com um compromisso mínimo com os direitos humanos das mulheres;
- Declaração e Plano de Ação de Durban (2001): instrumento internacional voltado ao enfrentamento ao racismo, à discriminação racial, à xenofobia e intolerâncias correlatas;
- Declaração dos Povos Indígenas (2007): documento sobre os direitos dos povos originários, com reconhecimento à diversidade étnica e à riqueza das civilizações e culturas indígenas (ONU MULHERES BRASIL, 2022).

Atuando por meio de parcerias com a sociedade civil, os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, universidades, empresas e o sistema das Nações Unidas, em suas seis áreas prioritárias de ação, expressas no site, assim como no Plano Estratégico da ONU Mulheres, 2014-2017: Liderança e participação política das mulheres, Empoderamento econômico, Fim da violência contra mulheres e meninas, Paz e segurança e emergências humanitárias, Governança e planejamento, Normas globais e regionais (SANTOS, 2020).

Um dos recentes esforços da ONU Mulheres para atingir seus objetivos básicos é

a campanha ElesPorElas (HeForShe), baseada no Plano Estratégico 2014-2017 da entidade. Lançada em vinte de setembro de 2014, a campanha internacional ElesporElas criada pela Diretoria Executiva da ONU Mulheres, Phumzile Mlambo-Ngcuka, assim como pelo Presidente da 69ª sessão da Assembleia Geral da ONU, pelo Secretário-Geral da ONU e pela Embaixadora Global da Boa Vontade da ONU Mulheres, Emma Watson.

Este momento na história representa uma oportunidade única para posicionar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres no centro da agenda global. São vários processos históricos de incidência política: a revisão dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio; as deliberações sobre o quadro de desenvolvimento pós-2015 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; e o vigésimo ano de revisão e avaliação da Declaração e da Plataforma de Ação de Pequim. (Documento #ElesPorElas, Visão Geral, 2022).

Reforçada também pela Agenda Global da ONU 2030, onde estão descritos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável lançados em 2012, como a igualdade de gênero ocupando o 5º objetivo (ONU, 2022). Idealizada como um “esforço global para envolver homens e meninas na remoção das barreiras sociais e culturais que impedem as mulheres de atingir seu potencial e ajudar homens e mulheres a modelagem juntos uma nova sociedade” (ONU MULHERES, 2022):



Fonte: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

A campanha utiliza de uma abordagem inclusiva, declarando a responsabilidade dos homens e meninos para a igualdade de gênero e na criação de novas relações sem atitudes e comportamentos machistas.

Frente a estas contextualizações, no próximo momento veremos a apreciação crítica dos pesquisadores em seus diferentes enfoques sobre a campanha ElesporElas que se insere em um esforço global para a igualdade de gênero.

## 2.2 CAMPANHA HEFORSHE - ELESPORELAS: UM ENFOQUE NA PRÁTICA PARA A

## IGUALDADE DE GÊNERO

No texto apresentado até o momento buscou-se apontar bases interpretativas quanto ao contexto social, histórico e institucional que proporcionou a criação da campanha em foco neste trabalho. Assim, é a partir do movimento em ondas do feminismo, ao encaminhamento do debate às instituições governamentais e por fim no fomento a políticas nacionais e internacionais de Direitos Humanos da Mulheres que apresentaremos a análise da campanha em suas diferentes perspectivas.

A justificativa para tal recorte se deu ao limitado espaço de tempo para uma pesquisa de campo e na perspectiva de maior acessibilidade a conhecimentos já produzidos sobre o assunto com o objetivo de propiciar o exame do tema sob óticas, enfoques e abordagens diferenciadas e no mesmo viés de publicizar os feitos da campanha instigar outras análises e ações pró-igualdade de gênero (MARCONI e LAKATOS, 2003).

Na pesquisa realizada até setembro de 2022 foram encontrados oito trabalhos sobre a campanha, sendo eles:

<b>Nome dos autores:</b>	<b>Ano de Publicação</b>	<b>Título do trabalho:</b>	<b>Palavras chaves:</b>	<b>Resumo:</b>
Leonardo de Araujo Vieira	2016	He For She: Uma análise hermenêutica do discurso de lançamento do programa da ONU Mulheres pelo engajamento masculino na luta pela igualdade de gênero	Igualdade de gênero. He for She. Hermenêutica de Profundidade. ONU Mulher. Movimento Feminista.	Monografia apresentada ao Curso de Comunicação Organizacional, da Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social.

Nome dos autores:	Ano de Publicação	Título do trabalho:	Palavras chaves:	Resumo:
Carolina Kauer	2018	Mobilização Social e comunicação para igualdade de gênero: um estudo da campanha da ONU Mulheres, a ElesporElas	Igualdade de gênero. Mobilização social. Comunicação. ONU. ElesPorElas.	Trabalho de conclusão do curso de graduação apresentado ao Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharela em Relações Públicas
Ana Caroline Czerner Volkart	2019	Igualdade de gênero, Urgência humanitária e gestão da vida: a capitalização delas por eles na HeforShe	Igualdade de gênero. Discurso. Biopolítica. HeforShe.	Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestra em Linguística.
Helena Andrade Teixeira Azevedo	2019	#HeforShe: análise pós-colonial das Campanhas de gênero da ONU	Feminismo. Gênero. ONU. Teoria feminista pós-colonial. #ElesporElas.	Monografia apresentada ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal Fluminense – UFF, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

<b>Nome dos autores:</b>	<b>Ano de Publicação</b>	<b>Título do trabalho:</b>	<b>Palavras chaves:</b>	<b>Resumo:</b>
Caroline Kauer, Denise Avancini Alves, Cristiane Mafacioli Carvalho	2020	Similaridades e diferenças na promoção da igualdade de gênero: um estudo da campanha HeForShe na América Latina	Comunicação, igualdade de gênero, HeforShe América Latina	Artigo apresentado no XV Congresso de la Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación, em Bolivia
Israele Maria Vieira dos Santos	2020	ONU Mulheres: Um Panorama Acerca das iniciativas implantadas no Brasil (2015-2018)	ONU Mulheres; Gênero; Direitos humanos das mulheres; políticas de igualdade.	Artigo apresentado ao colegiado de Relações Internacionais, da Universidade Federal do Amapá, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais
Phillip Dias Gripp e Ada Cristina Machado Silveira	2021	Lugares de fala contra o sexismo da campanha ElesporElas: análise do discurso organizacional	Discurso, gênero, relações de poder, lugares de fala, elesporelas.	Artigo elaborado para a ORGANICOM – Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas.
Denise Avancini Alves  Cristiane Mafacioli Carvalho  Carolina Kauer	2021	Discurso da promoção da igualdade de gênero da campanha HeForShe no Brasil e no México	Discurso Igualdade de Gênero; Campanha HeforShe; Campanha ElspoElas; América Latina	Artigo elaborado para a ORGANICOM – Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas.

Realizadas as devidas apreciações e fichamentos buscou-se descrever a seguir os achados da pesquisa e responder como a campanha ElesporElas da ONU Mulheres,

colabora com a divulgação dos ideais da igualdade de gênero na sociedade atual.

A ElesporElas é um movimento global liderado pela ONU Mulheres e segue sua estrutura organizacional, tendo a sede global em Nova York, escritórios regionais e nacionais, alinhados com a estratégia desenvolvida pela campanha ao redor do mundo.

Na página oficial da campanha pode-se analisar o delineamento das estratégias globais da campanha baseadas nos princípios dos três “A”s:

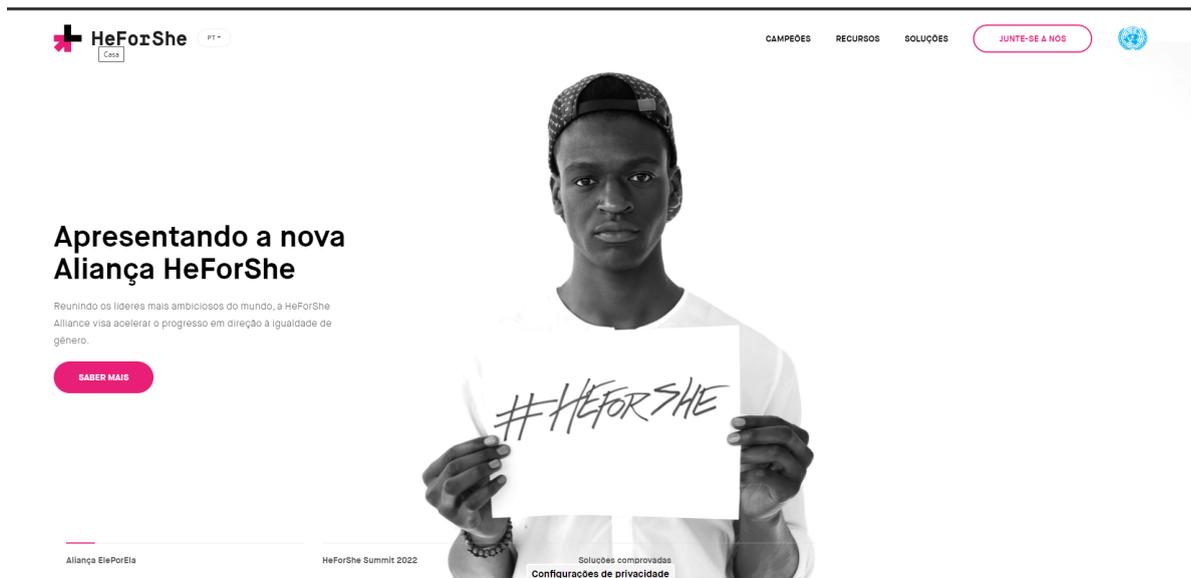
Atenção: educação, sensibilização e conscientização”, “Argumentação: impactos através de políticas e planejamento”; e “Ação: captação de recursos e outras ações”. sob o argumento da necessidade de aceleração do progresso na luta pela igualdade, promove-se a solidariedade do envolvimento dos homens e meninos para que estes possam abrir espaços à mulheres e serem também porta-vozes e defensores desta causa (AZEVEDO, 2019, p.50).

Nesse sentido, observa-se que a campanha tem forte apelo ao discurso tanto para ambientes públicos quanto para os níveis privado, e metas a serem alcançadas a curto, médio e longo espaço de tempo. E sua adesão pode ser feita por qualquer indivíduo que de maneira voluntária deseje ser apoiador da causa, ao realizar sua inscrição através do preenchimento dos dados pessoais e divulgando a mensagem em prol da igualdade e paridade de gênero em seu contexto social (AZEVEDO, 2019).



Fonte: <https://www.heforshe.org/en/barbershop>.

No site da campanha também é possível acessar materiais para conscientização sobre igualdade de gênero, kit de ação, divulgações midiáticas, doações, eventos, palestras, debates promovido por parceiros e parceiras, realizar assinatura de adesão e acompanhar o alcance de propostas a nível global.



Fonte: <https://www.heforshe.org/en/barbershop>.

No que se refere aos Kit de ação, estes são disponibilizados em diversos idiomas, com diretrizes e informes de como agir em defesa da causa. Uma espécie de manual, que possibilita aos homens realizarem ações em prol da defesa das mulheres, compartilhando a defesa da igualdade de gênero a outros homens e intensificando potencialidades de ação colaborativa, organizando eventos comunitários de divulgação da campanha ou veiculando a própria ideia da campanha nas redes sociais. Atualmente divididos em conteúdo para: indivíduos, alunos, empresa e sociedade civil. Um exemplo destes materiais é o Kit de ferramentas de barbearia HeForShe<sup>4</sup>:



Fonte: <https://www.heforshe.org/en/barbershop>.

<sup>4</sup> Disponível em <https://www.heforshe.org/en/barbershop>.

Nele encontram-se para download gratuito, ferramentas para a elaboração de eventos em barbearias, contendo logotipo da campanha, frases entre outros materiais que possibilitem aos homens refletirem e trabalharem para a transformação positiva das normas sociais e assumir a responsabilidade por suas ações; eles também podem responsabilizar outros homens e incentivá-los a participar.

A marca do HeForShe, de acordo com o site oficial da campanha, tem a proposta de ilustrar o conceito de convite à participação dos homens nas lutas contra o sexismo, considerando os tradicionais símbolos que designam o feminino (♀) e o masculino (♂) o logotipo foi desenvolvido com a junção dos dois ícones.



Fonte: <https://www.heforshe.org/en/barbershop>.

E busca representar a luta pela igualdade de gêneros em benefício de todas/os através da união entre sujeitos de gêneros diferentes, contrastando de forma dinâmica a cor magenta no símbolo masculino e o branco no feminino em um fundo cinza escuro (GRIPP; SILVEIRA, 2021).

Ainda conforme o site, a escolha pelo destaque do magenta ocorre devido a mesma geralmente ser associada ao gênero feminino, e ao utilizá-la no símbolo masculino demonstra a tentativa de desconstrução de estereótipos sociais e a defesa de que características julgadas como femininas também sejam manifestadas por homens, além de indicar que eles poderiam levar expressividades da cor à luta contra o sexismo (GRIPP; SILVEIRA, 2021).

No que tange ao nome da campanha/movimento ElesPorElas, Gripp e Silveira (2021), acreditam que a preposição “por” não é a mais adequada para traduzir a finalidade da campanha, pois faz a ligação subordinativa entre “eles” e “elas” de modo

vertical e hierárquico, o que pode de maneira implícita manifestar um teor masculinista e heteronormativo. Este que foram inscritos socialmente nas relações de poder e no discurso sobre gêneros ao longo da história, onde os homens deveriam cumprir um papel “heroico” e “cavalheiro” com a finalidade defender e auxiliar as mulheres, que seriam vistas como frágeis, indefesas e impotentes; o de que eles devem fazer algo por elas, pois seriam incapazes de fazer por si mesmas” (GRIPP; SILVEIRA, 2021, p.100).

Nesta linha a opção indicada por Gripp e Silveira (2021, p.102), que orientaria para uma horizontalidade e evidenciaria o aspecto solidário e não-hierárquico que a campanha se propõe a transmitir seria a escolha da preposição “com”, assim, “ElesComElas”. O que já partiria de um tratamento igualitário entre as partes envolvidas, além de demonstrar o sentido de união e de trabalho em conjunto. Compreendendo que a campanha reivindica que homens defendam e falem sobre as lutas feministas a partir de seus lugares, reconhecendo-os e refletindo sobre eles primeiramente.

O alerta feito na interpretação do nome da campanha pode parecer por um momento algo pequeno frente ao conteúdo e ações, mas, o destaque proporciona repensar a importância na elaboração de projeto e divulgações globais que envolvam mudanças culturais e sociais desiguais. Estas que muitas vezes no enfrentamento ao machismo foram tidas como “dificuldade de compreensão” da própria pessoa violentada nesta relação, ou seja, é colocado as mulheres que não ouviram direito, ou que não foi isso que se objetivou falar, que é muito “mimimi” desqualificando a luta feminista. Todavia que este adendo não abra margem para a interpretação na perpetuação de ódio aos homens e sim para o cuidado crítico nos laços que unem as pessoas que lutam coletivamente pela libertação de estruturas opressivas e de dominação, sobretudo o sexismo, sem perder o local de fala individual e coletiva como também não conduzir a um ataque na mesma moeda ou continuidade de preconceitos com novas roupagens (GRIPP; SILVEIRA, 2021).

No site além dos materiais já citados relacionados a recursos e soluções, existe um ícone nomeado campeões<sup>5</sup>, que formam uma aliança entre governos, empresas, organizações sem fins lucrativos e academia, que a partir de 2021 estão em uma jornada de cinco anos para acelerar o progresso em direção à igualdade de gênero.

---

<sup>5</sup> <https://www.heforshe.org/en/champions>

Fonte: <https://www.heforshe.org/en/barbershop>.

Ao clicar em cada nome representante é possível visualizar os planos e ações já desenvolvidas em prol da igualdade de gênero. Neste aspecto onde o maior vinculador de comunicação da campanha é a plataforma on line, Kauer (2019), destaca alguns limites no acesso, primeiro pela própria desigualdade no uso da internet que pode limitar conforma o poder aquisitivo do usuário o uso de dados e recursos, e traz também que na página alguns conteúdos não possuem tradução para o português exigindo maior habilidade do usuário para baixar e traduzir textos.

### 3 REVISÃO E ANÁLISE DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS

No que se refere ao engajamento das pessoas com a campanha Gripp e Silveira (2021), destacam a dificuldade de contabilizar o envolvimento, pois mesmo com o ícone que contabiliza adesões mensurar como elas se dão no cotidiano é uma tarefa complexa. Sendo mais viável constatar através das atividades promovidas e divulgadas, já que a campanha disponibiliza materiais gratuitamente no site e encoraja diferentes grupos a agirem independentemente em favor da igualdade de gênero.

Para Gripp e Silveira (2021), a ElesporElas se desenvolve a partir da perspectiva do feminismo visionário, mobilizando para conscientizar as pessoas sobre pautas feministas e convocando os homens para cooperarem nas lutas. É uma proposta frutífera

para o debate sobre os lugares de fala, principalmente no contexto empírico de um sujeito ser convocado a assumir um lugar em conjunto nas lutas adstritas à identidade de outro/a. Ponderam que ao convocar os homens para que repensem seus lugares privilegiados e se posicionem a favor das lutas pela igualdade de gênero e contra o sexismo, a campanha propõe que eles falem a partir de seus próprios lugares sociais (agora revistos criticamente) e em conjunto às mulheres como favoráveis às lutas feministas. Isto demonstra o uso da estratégia de enunciação dos lugares de fala com outrem embasada na lógica discursiva, em que se observa o caráter produtivo das relações de poder e se evidencia o aspecto dialógico da noção, pois viabiliza a comunicação ao invés de interditá-la (GRIPP; SILVEIRA, 2021).

Em sua pesquisa afirma ainda que a campanha visa o protagonismo feminino nas lutas contra o sexismo e argumenta que a solidariedade dos homens é crucial para se alcançar o fim da exploração sexista e da opressão: “Para a ONU Mulheres a voz dos homens é poderosa para difundir para o mundo inteiro que a igualdade para todas as mulheres e meninas é uma causa de toda a humanidade”(ONU Mulheres, 2022).

As diretrizes da campanha não objetiva que os homens passem a protagonizar as lutas contra o sexismo, tampouco que eles defendam e auxiliem as mulheres por meio do cumprimento de um papel heroico ou cavalheiro por considerarem-nas frágeis e impotentes. De outro modo, pretende que eles tomem consciência da masculinidade tóxica difundida socialmente, das limitações existentes por conta dos estereótipos de gênero que atingem mulheres e homens, que reconheçam o papel masculino para uma real transformação social orientada à igualdade entre gêneros e constatem que precisam integrar a luta como partes também interessadas (GRIPP; SILVEIRA, 2021).

Nessa direção Gripp e Silveira (2021), reconhecem a campanha como um movimento global de luta contra o sexismo que busca auxiliar os homens a reconhecerem as pressões sociais que sofrem por conta das formas hegemônicas de masculinidades vigentes, bem como seus privilégios e consequentes opressões às mulheres. Diante disso, convoca-os a cooperarem com elas nas lutas pela igualdade de gêneros, entretanto que esta cooperação não assuma protagonismo de lugar de fala das mulheres.

Alves, Carvalho, Kauer (2021), ao se debruçar no discurso da igualdade de gênero proposto na Campanha ElesporElas, percorrem suas ponderações com o olhar voltado a América Latina. Justificando que a região continua sendo uma das mais desiguais e recentemente, passou a enfrentar perigos de retrocesso em decorrência de um conservadorismo político e social emergente. Ao analisarem particularidades destacam

sobre a autonomia do corpo feminino, que ainda lida com pressões tanto sexualizadas de seus corpos como com o objetivo deste a exemplo a maternidade forçada. Os autores ainda destacam um problema característico da América Latina e intrinsecamente conectado às opressões sofridas pela mulher latina: a maternidade forçada. O que exige não só há a necessidade de uma maior educação sexual e de informações sobre contraceptivo para jovens mulheres, mas também da legalização do aborto, fato que, no mínimo, evidencia um problema de justiça social. A resistência à descriminalização do aborto, no entanto, não demonstra enfraquecimento em diversos países, pois está profundamente ligada à influência religiosa sobre os políticos e legisladores e com a baixa incidência feminina na política. Mesmo no caso recente da Argentina, ainda é necessário mudar diversas normas sociais, arranjos institucionais e relações de poder para que se possa diminuir a brecha de execução, ou seja, a lacuna entre os direitos sancionados e sua efetiva realização (ALVES, CARVALHO, KAUER, 2021).

Na análise das diferenças e similaridades de ações do ElesPorElas no contexto geral e no contexto da pandemia, Alves, Carvalho, Kauer (2021) destacam que no Brasil a campanha foi cancelada na ênfase do discurso pela imagem de celebridades brasileiras, em maior parte atores reconhecidos, que declaravam suas vivências de masculinidades e apoio a igualdade de gênero. Realizada por meio de plataformas virtuais e na mídia nacional, mas com menos evidências de práticas sociais. No contexto da pandemia o destaque maior do tema foi sensível e predominantemente contra a violência à mulher. O que refletia o aumento de casos envolvendo denúncias de violência e feminicídio ocorridos no período pandêmico. Outro ponto levantado pelos pesquisadores foi o discurso na pandemia voltados para a atenção à desigualdade de responsabilidade pelo cuidado doméstico e humano das mulheres, realizando movimentos virtuais como: #HeForSheDesdeCasa ou #ElesPorElasEmCasa (ALVES, CARVALHO, KAUER, 2021).

Nesse ponto Kauer (2018), aponta que foi observado o papel de Produtor Social, na instituição ONU Mulheres, bem como na regional, tendo demonstrado capacidade de criar condições econômicas, institucionais, técnicas e profissionais para o acontecimento da campanha. A ONU Mulheres Brasil também foi percebida com o papel de Reeditor Social, já que recebe e adequa o conteúdo ao público brasileiro, além de Editor Social, visto que edita as mensagens de forma que ela chegue ao campo de atuação do reeditor. Além desta instituição, foram percebidas no papel de editor social o canal GNT, emissora parceira da campanha, que também se encontrou no papel de reeditor social, junto às empresas, universidades, governos e celebridades parceiras da ElesPorElas (KAUER,

2018).

No México, Alves, Carvalho, Kauer (2021), observaram que no contexto geral a ênfase do discurso da campanha tinha o foco na projeção da mulher na esfera política do país, ampliando sua participação e, em consequência, sua representação. Campanha com apelos mais racionais, aponta para prática social com ênfase na orientação política e ideológica. No contexto da Pandemia tem-se a valorização das mulheres no espaço público e social, colocando-as como heroínas da linha de frente da pandemia.

Em síntese, para Alves, Carvalho, Kauer (2021), nos dois países a corresponsabilidade no destaque da campanha para a mensagem de que homens e meninas têm papel fundamental na equidade de gêneros. Como também movimentos na busca de adesões a campanha, autopromoção da ONU em seu papel e relevância para a mobilização mundial, desdobramento do discurso da campanha para a temática da violência baseada em gênero, em uma visível relação cultural e histórica colonialista de violência em relação à mulher na América Latina.

Santos (2020), ao analisar as ações da ONU mulheres no período entre 2015 e 2018, assim como suas contribuições frente ao contexto das mulheres e meninas no Brasil, aponta que a campanha favoreceu ações nas regiões do eixo Centro-Oeste/Sudeste, em especial nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e no Distrito Federal. Nas iniciativas locais da ONU Mulheres campanha ElesporElas, ocorreram entre 2015 e 2018, oito eventos distribuídos em: campanhas, encontro, semana de arte e congresso (SANTOS, 2020, p.15-16). Identificando na pesquisa que existe uma segregação por regiões e uma dominância dos estados mais influentes do país para as ações advindas dos recursos e da mobilização da ONU.

Para Santos (2020) é perceptível que não existe um estudo que aponte o grau de impacto de iniciativas locais e nacionais, entretanto, destaca a necessidade destes estudos e ações locais por torna-se possível conhecer mais profundamente o público alvo, assim como suas reivindicações e necessidades, ainda mais em um país de dimensões continentais como o Brasil.

Ao se debruçar sobre o poder de alcance da campanha e da entidade ONU Mulheres, Santos (2020), reconhece que a mesma surge fortemente articulada, visto que faz parte da maior organização internacional de cunho não governamental do planeta, entretanto, o seu alcance depende de fatores internos do país em que as ações são implementadas. Ao ponderar sobre o contexto do impeachment de Dilma Rousseff e a relação de discriminação de gênero, demonstra a conjuntura construída durante a

formação histórica do Brasil, desenhada no sexismo, pelo machismo e pela misoginia, e que a chegada de Dilma à presidência tornou-se um marco inegável no papel de representatividade e quebra de paradigmas políticos, sociais, pois mesmo com a queda do lugar político apresentou um legado de possibilidade de ascensão (SANTOS, 2020). Todavia, por meio de propagação de ideias de insustentabilidade política da então presidenta, e posteriormente a brusca transição governamental que o impeachment produziu, assim como o desmonte de pastas governamentais que são chave para ampliação das ações, demonstram as dificuldades para o avanço da entidade e da campanha (SANTOS, 2020).

Alves, Carvalho, Kauer (2020), em outro estudo direcionando o enfoque para as similaridades e diferenças na promoção da igualdade de gênero da campanha HeForShe na América Latina, afirmam que a campanha, desde o seu lançamento global ao final de 2014, obteve atenção e desdobramentos na América Latina a partir de 2015.

Na maior parte dos países, manteve destaque ao aspecto essencial da necessidade do entendimento por parte dos homens e meninos sobre seu papel fundamental na equidade de gêneros, buscando gerar um sentimento de corresponsabilidade (ALVES, CARVALHO, KAUER, 2020). Também observa como similaridade nos países estudados, a ênfase na busca de adesões ao movimento, como garantia do reconhecimento da causa fundante do HeForShe. Ainda, há um especial desdobramento da campanha para a temática da violência baseada em gênero, em uma visível relação cultural e histórica colonialista de violência em relação à mulher na América Latina (ALVES, CARVALHO, KAUER, 2020).

Outra similaridade está na adaptação da campanha em derivações do uso da hashtag em alguns países, conforme determinados contextos e eventos de cada região, como #CarnavalElesPorElas (Brasil) ou a situação da pandemia global (#HeForSheDesdeCasa ou #ElesPorElasEmCasa ou #HeForSheAtHome). Como diferenças, é possível salientar que, no Brasil, há um foco associado às celebridades brasileiras, que cancelam a campanha e promovem o uso da hashtag #ElesPorElas (ALVES, CARVALHO, KAUER, 2020).

Na Colômbia a adesão à campanha não parece ser um movimento nacional tão ampliado, mas de iniciativas significativas regionalmente, observando as características de cada local e adaptando o discurso localmente. Em relação ao Equador, não observamos situações em destaque sobre o HeForShe que pudessem compor diferenciais em relação às demais campanhas (ALVES, CARVALHO, KAUER, 2020). Já o

México é um país que se destaca na apropriação do movimento #HeForShe, principalmente com o enfoque da projeção da mulher na política do país, ampliando seu espaço de presença e representação. Outro enfoque é o de valorizar as masculinidades positivas e como ambientes colaborativos e saudáveis com perspectiva da igualdade de gênero são criados diariamente, principalmente considerando a pandemia. E, no Caribe, se observa a atuação localizada em cada ilha, com a adequação das ações de promoção de igualdade de gênero realizadas de múltiplas formas (ALVES, CARVALHO, KAUER, 2020).

Alves, Carvalho e Kauer (2020) finalizam apontando que certamente as diferentes formas de apropriação refletem as especificidades de cada país, mas, ainda são muitas as características em relação ao desafio da desigualdade de gênero que unem os países da América Latina e devem ser levadas em consideração numa campanha de mobilização social.

Portanto podemos mencionar que em todos as produções científicas pesquisadas sobre o tema é um consenso que a campanha ElesporElas HeforShe, lançado pela ONU Mulheres é válida e necessária, pois busca encontrar, atrair e convencer pessoas interessadas e dispostas a defender a igualdade de gênero em seus cotidianos e espaços de influência.

Quanto aos pontos que merecem ser revisados tem-se a invisibilidade da pluralidade de demandas no interior da categoria “mulheres”, como o próprio apelo ao binarismo direcionado nos conteúdos da campanha com o uso de protagonismo do Ele e Ela.

Refletir sobre a priorização da convocação dos homens a serem os defensores de maior atuação podendo confundir o objetivo tornando uma “parceria”, “heroísmo”, e ao mesmo tempo na definição de ele e ela exclui do debate pessoas não binárias. Por fim, notou-se uma forte busca pela corresponsabilidade dos homens na causa da igualdade de gênero, seguindo, afinal, o objetivo da campanha (KAUER, 2018). Entretanto, a relação de parceria almejada por vezes torna-se uma relação de heroísmo. Entende-se isso a partir da falta de incentivo à participação feminina na campanha, a começar pelo próprio nome, que implica que eles (homens) devem trabalhar para trazer benefícios a elas (mulheres), quando na verdade, como a própria campanha menciona diversas vezes, os benefícios são para todos e a luta deve ser de todos.

Isso diz muito sobre a prática social no qual é construída a campanha, em que os homens dominam a hegemonia do protagonismo e apesar de oferecer muitos elementos

de luta contra os padrões, também os reforça em alguns momentos (ALVES, CARVALHO, KAUER, 2021).

Outro ponto trazido pelos autores no momento de análise sobre lugares de fala e a relação de campanhas globais é a crítica da entidade ONU ainda perpassam o poder das nações desenvolvidas e o sistema econômico e político que as sustentam.

Quanto ao veículo de diálogo de maior alcance da campanha ser realizado on-line, destaca-se positivamente a possibilidade de maior engajamento e fortalecimento de diferentes pessoas na mobilização pela igualdade de gênero, verificando ações, parceiros e conteúdos práticos e atuais. Porém, a desigualdade de consumo deste veículo de comunicação, deve ser levada em consideração pois no mesmo viés pode limitar e excluir a participação de indivíduos devido a dificuldades de acesso à internet, tradução de idiomas. Para Kauer (2018), não existe uma adaptação eficiente da campanha para o contexto brasileiro. Apesar de já se ter em mente que se trata de uma campanha global, os próprios documentos de visão geral preveem uma adaptação para cada cultura, fato que não é percebido, exceto nos depoimentos das celebridades, realizado em parceria com a emissora de assinatura.

Quanto à comunicação da campanha, notam-se em várias instâncias, o despertar da consciência da necessidade de mudança que foca na solicitação de assinatura do compromisso ElesPorElas. E no segundo momento, maior enfoque na transformação da consciência na verdadeira vontade de agir, utilizando das dimensões da coletivização e apresentação de resultados (KAUER, 2018).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Das abordagens propostas no decorrer deste trabalho, o que se pode compreender é que a Campanha ElesporElas vem se afirmando no território de diferentes países, e no ambiente virtual ganha cotidianamente adesões, suas ações têm alcançado mulheres e meninas, homens e meninos dos mais diferentes povos, compondo o fortalecimento da luta pela igualdade de gênero e pelos direitos humanos das mulheres.

Todavia, não podemos deixar de analisá-la articulando com o sistema político, econômico e social de globalização e capitalismo difundido em grande parte dos países, o seu alcance depende de fatores internos dos países em que as ações serão implementadas, mudanças ou transições de governos, crises econômicas, podem ampliar

ou serem limitadores do avanço da ONU Mulheres consequentemente das campanhas. Buscando responder ao problema de pesquisa e os objetivos verificou-se que a campanha divulga e utiliza estratégias para acabar com a desigualdade de gênero ancorada na Agenda e recomendações dos Objetivos Sustentáveis para 2030 como também nos princípios de defesa dos direitos das Mulheres da organização ONU Mulheres. Ou seja impulsiona ações para: Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte; Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas; Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros; Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado; Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança; Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos; Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso à propriedade e controle sobre a terra; Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres; Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas.

Nessa direção tem como horizonte na campanha empoderar e fortalecer as pessoas e os grupos que sofrem essas violações, dotando-os de meios e instrumentos necessários para que, plural e diferenciadamente, possam lutar pela dignidade. Propondo dinâmicas sociais de luta contra os processos hegemônicos de divisão do fazer humano.

Partindo do pressuposto das sucessivas tentativas de implementação e reforço de Declarações, Conferências e documentos que buscam institucionalizar e centralizar as políticas públicas de países de todo o mundo em prol da igualdade de gênero e na própria necessidade de reforço e retomada de projetos com ampliação de prazos dos objetivos idealizados, pode-se compreender a dificuldade enfrentada pela ONU e outras organizações da sociedade civil para se alinhar as estratégias políticas de cooperação internacional nos temas de igualdade de gênero.

A campanha tem impacto de significado mundial porém não pode estar dissociada de relações de poder e desigualdades perpetrados por sistemas econômicos essencialmente desiguais e violentos, ou seja, reconhecer a importância de uma instituição e das suas campanhas não significa aceitar de maneira acrítica e desvinculada da historicidade possíveis intenções que podem se manifestar no mesmo viés de garantia de direitos. Conforme Kauer (2018), as representações de gênero se oferecem como uma

disputa a partir da qual é possível traçar relações de poder, saber e subjetividade de nosso tempo. Nessa direção um esforço global que institui a igualdade como meta, pode vir a definir o que ela significa e estabelece os parâmetros de feminilidade, de masculinidade e sua economia como “normais”. Assim a análise deve se dar em deter um movimento tático com fins políticos específicos e ambiguidades de ordem do governo dos corpos e das subjetividades.

Portanto é válido ressaltar a importância da criação de uma cultura de Educação contínua em Direitos Humanos, proporcionando a conscientização e responsabilidade na eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres e da violência contra mulheres e meninas. Ferramenta imprescindível pois mesmo legislando sobre direitos temos a dinâmica social e seus impeditivos que precisam que a lei torne-se viva, um direito conquistado não significa realizado.

Outro ponto levantado na pesquisa foi a utilização das mídias sociais e seu poder de alcance para propagação de ideais de igualdade de gênero, visto seu potencial de unir publicizar reivindicar ações principalmente nos direitos das mulheres na igualdade de gênero entre outras pautas feministas, proporciona as militantes mais um local de representabilidade, sonoridade e conscientização. Como também pode aproximar do debate diferentes sujeitos e pluralidades para ações globais como mencionadas na caracterização da quarta onda feminista.

A campanha é reconhecida em todas as produções pesquisadas como o avanço do debate e exercício de ações em prol da igualdade de gênero, os questionamentos tem seu maior foco na vigilância sobre a mesma não ser utilizada para manter relações de colonização entre países e reforçar papéis binários na relação dos sujeitos.

Alerta este que pode ser verificado nas ondas conservadoras no cotidiano do Brasil temos que lutar com notícias recentes sobre gênero estar associadas ao sexo biológico e cores como azul para meninos e rosa para meninas, casamentos forçados, pobreza menstrual, feminicídios, desvalorização do trabalho feminino, entre outras que incidem em nos fazem repensar o que estamos reproduzido na convivência humana..

Por fim, ponderando por uma campanha global é preciso reforçar também o respeito às diferentes culturas, modos e desejo de ser e viver das pessoas, o que não pode ser desconhecido é a defesa pela Liberdade de não haver barreiras impostas a uma pessoa ou outra ao ponto que limite seu potencial para sua emancipação. E como sugere o feminismo ao longo de suas ondas, desconstruir estereótipos e falsas dicotomias e caminhar em direção a igualdade de direitos e à equidade de gênero são condições

indispensáveis para quem vislumbra uma sociedade democrática e cidadã (PRA; EPPING, 2021).

## REFERÊNCIAS

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. O que é feminismo. 5a. ed. São Paulo - SP: Editora Brasiliense, 1985. 77 p. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=bGkvDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT3&dq=ALVES,+Branca+Moreira%3B+PITANGUY,+Jacqueline.+O+que+%C3%A9+feminismo.+&ots=eH9NKSkRS\\_&sig=uW-Q8SryKaiRJu\\_9ojV3ciAWFMI#v=onepage&q=ALVES%2C%20Branca%20Moreira%3B%20PITANGUY%2C%20Jacqueline.%20O%20que%20%C3%A9%20feminismo.&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=bGkvDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT3&dq=ALVES,+Branca+Moreira%3B+PITANGUY,+Jacqueline.+O+que+%C3%A9+feminismo.+&ots=eH9NKSkRS_&sig=uW-Q8SryKaiRJu_9ojV3ciAWFMI#v=onepage&q=ALVES%2C%20Branca%20Moreira%3B%20PITANGUY%2C%20Jacqueline.%20O%20que%20%C3%A9%20feminismo.&f=false) Acesso em: 12/08/2022

AKOTIRENE, Carla. O que é interseccionalidade?. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro). São Paulo : Sueli Carneiro ; Pólen,. 2019. 152p. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Interseccionalidade\\_\(Feminismos\\_Plurais\)\\_-\\_Carla\\_Akotirene.pdf?1599239359](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Interseccionalidade_(Feminismos_Plurais)_-_Carla_Akotirene.pdf?1599239359) Acesso em: 08/12/2022

AZEVEDO, Helena Andrade Teixeira. *#HeforShe: análise pós-colonial das Campanhas de gênero da ONU*. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Estudos Estratégicos Relações Internacionais. Niterói, 2019. Disponível em: [https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/61956153/Trabalho\\_de\\_Conclusao\\_de\\_Curso\\_-\\_Helena\\_Andrade\\_Teixeira\\_Azevedo\\_-\\_2019.2\\_EDU20200131-17509-r1w4ml-with-cover-page-v2.pdf?Expires=1667690745&Signature=PQwVPljbxn9gH9dKLJGG1imTOeZiVaH-sogk7BT5JcBX8HSeYyuTVE02GvZk~A4e72CsCeQfi9lu7WFUiLYY~NBoX8zfiHA~fKJjn91jmZQ96O992XN-PDMnoQOYDE6EINs6vNt3OS45zGxB2UpVJBbv87qfRIwdY6MpEOFu00M7TVBBn98CP8M6OxkRTfP1QQQZcoWRzgo~MfVucXSfQTlgO0IuilQsnlaco4T4JAqX92t3NKVEEzdqgexMHUYZkkRT7TS~z117K5pOzqiKcYqigYwslwejvshz5mOCza76KcTLdAOosxE7eAI9YW5BCSOX51zBAFmpO9ZjUozpA\\_\\_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/61956153/Trabalho_de_Conclusao_de_Curso_-_Helena_Andrade_Teixeira_Azevedo_-_2019.2_EDU20200131-17509-r1w4ml-with-cover-page-v2.pdf?Expires=1667690745&Signature=PQwVPljbxn9gH9dKLJGG1imTOeZiVaH-sogk7BT5JcBX8HSeYyuTVE02GvZk~A4e72CsCeQfi9lu7WFUiLYY~NBoX8zfiHA~fKJjn91jmZQ96O992XN-PDMnoQOYDE6EINs6vNt3OS45zGxB2UpVJBbv87qfRIwdY6MpEOFu00M7TVBBn98CP8M6OxkRTfP1QQQZcoWRzgo~MfVucXSfQTlgO0IuilQsnlaco4T4JAqX92t3NKVEEzdqgexMHUYZkkRT7TS~z117K5pOzqiKcYqigYwslwejvshz5mOCza76KcTLdAOosxE7eAI9YW5BCSOX51zBAFmpO9ZjUozpA__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA) Acesso em: 12/08/2022

CASTELLS, Manuel. Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. Disponível: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4316350/mod\\_assign/intro/Manuel%20de%20Castell%20Redes%20de%20esperan%C3%A7a%20e%20indigna%C3%A7%C3%A3o.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4316350/mod_assign/intro/Manuel%20de%20Castell%20Redes%20de%20esperan%C3%A7a%20e%20indigna%C3%A7%C3%A3o.pdf) Acesso em: 07 10 2022.

CERQUEIRA, Daniel. *Atlas da Violência 2021*. São Paulo: FBSP Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>. Acesso em: 07/08/2022.

CORDEIRO, L. H. L.; MOTA, M. D. de B. . A “QUEIMA DE SUTIÃS” DE 1968: : RELAÇÕES ENTRE CORPO E ROUPA NA CONSTRUÇÃO DE UM ACONTECIMENTO SIMBÓLICO FEMINISTA. Revista de História Bilros: História(s), Sociedade(s) e

Cultura(s), [S. l.], v. 6, n. 13, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/bilros/article/view/7884>. Acesso em: 10 10. 2022.

COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria B. *O Feminismo no Brasil: reflexões teóricas e perspectivas*. Salvador: UFBA/Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008. Disponível em: <http://www.neim.ufba.br/wp/wp-content/uploads/2013/11/feminismovinteanos.pdf> Acesso em: 12/08/2022

CUNHA, Clareana. Marco civil Já, Feminismo nas Ruas e nas Redes até que todas sejamos livres. *Marcha Mundial das Mulheres: Feminismo 2.0 até que todas sejamos livres*. [S.l.], 18 out. 2012. Disponível em: <http://marchamulheres.wordpress.com/2013/10/18/marco-civil-ja-feminismo-nas-ruas-e-nas-redes-ate-que-todas-sejamos-livres/>. Acesso em: 07 10 2022.

FRASER, Nancy. Feminismo, capitalismo e a astúcia da história. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. 1 ed. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. p. 25-46.

GRIPP, P. D.; SILVEIRA, A. C. M. *Lugares de fala contra o sexismo da campanha ElesPorElas: análise do discurso organizacional*. *Organicom*, [S. l.], v. 18, n. 36, p. 92-102, 2021. DOI: 10.11606/issn.2238-2593.organicom.2021.185085. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/185085>. Acesso em: 10/08/2022.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. 1 ed. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

\_\_\_\_\_. *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo – uma história a ser contada. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*, Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 25-47.

Feminismo: uma história a ser contada Constância Lima Duarte. Instituto Patrícia Galvão. *Violência contra as mulheres em dados*. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/> . Acesso em 02/10/2022.

KAUER, Carolina. *Mobilização Social e comunicação para igualdade de gênero: um estudo da campanha da ONU Mulheres, a ElesporElas*. Rio Grande do Sul, UFRGS: 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/181675> Acesso: 10/08/2022.

KAUER, Carolina, ALVES, Denise Avancini, CARVALHO, Cristiane Mafacioli. *Similaridades e diferenças na promoção da igualdade de gênero: um estudo da campanha HeForShe na América Latina. Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación. Congreso Memorias. Medellín: Repositório Institucional da Universidad Pontificia Bolivariana, 2020*. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/224570/001128729.pdf?sequence=1>

Acesso: 10/08/2022.

KNAPIK Marcia Carneiro. Movimento Popular de Mulheres do Paraná: 10 anos construindo vida. In: *Série Memória das lutas populares no paraná pós-ditadura militar*. Curitiba, Gráfica Popular - CEFURIA: 2005, 21<sup>a</sup> ed.

MAGALHÃES, R vila. Estudo analisa como divulga o de temas do feminismo encontra apoio em redes online. 2013. Disponível em: <http://www5.usp.br/31237/divulgacao-de-temas-do-feminismo-encontra-apoio-em-redes-online/>. Acesso em: 02 10 2022.

MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2003.

MENDONÇA, Fernanda, LANGNER, Ariane; ZULIANI, Cibeli. O Movimento Feminista e o Ativismo Digital: conquistas e expansão decorrentes do uso das plataformas online. In: 3o Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade: M dias e Direitos na Sociedade em Rede e V Congresso Iberoamericano de Investigadores e Docentes de Direito e Informática. 2017. p. 3-12. Disponível em <http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2015/3-12.pdf> Acesso 10 09 2022

ONU BRASIL. A história da Organiza o. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/conheca/historia/>. Acesso em: 10/10/2022 .

ONU Mulheres. Movimento ElesPorElas: visão geral 2022. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/esporelas/> Acesso em: 10/10/2022 .

ONU Mulheres. Movimento ElesPorElas: Kit de a o 2022. Disponível em: [http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/ElesPorElas\\_kit\\_acao.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/ElesPorElas_kit_acao.pdf) Acesso em: 10/10/2022 .

PAGEL, Geovana Cleni. Redes feministas: movimentos de mulheres no século XXI a partir de suas insurgências nas redes sociais. 2020. 165 f. Disserta o (Mestrado em Comunica o e Semiótica) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunica o e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://ariel.pucsp.br/handle/handle/23251> Acesso em: 10/10/2022 .

PR , Jussara Reis, EPPING, L a. Cidadania e feminismo no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, 2021, p.344-364 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/s3wGPJ9MM33JKRHPn5MW6CS/abstract/?lang=pt> Acesso em: 07/07/2022

RODRIGUES, Alexandra Gato; GADENZ, Danielli; DE LA RUE, Letícia Almeida. Feminismo. com: o movimento feminista na sociedade em rede. **Derecho y Cambio Social**, v. 11, n. 36, p. 33, 2014. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5472578> Acesso em 15 08 2022.

SANTOS, Israele Maria Vieira dos. ONU mulheres: um panorama acerca das iniciativas implantadas no Brasil (2015 - 2018). Orientadora: Ana Cristina de Paula Maués Soares. 2021. 88 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Gradua o em Rela oes Internacionais) – Departamento de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Amapá,

Macapá, 2021. Disponível em: <http://repositorio.unifap.br:80/jspui/handle/123456789/781>. Acesso em: 12/07/2022.

SARDENBERG Cecilia M. B., COSTA Ana Alice A. Feminismo, feminista e movimentos sociais. Seminários Especiais Centro João XXIII, Mulheres relações e gênero. Organizadoras Margarida Luiza Ribeiro Brandão e Maria Clara L. Bingemer. Edições Loyola, São Paulo 1994. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/6889/1/Feminismos,%20Feministas%20e%20Movimentos%20Sociais.pdf> Acessado em: 10/08/2022

SILVA, Daniel Neves. "O que é feminismo?"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-e-feminismo.htm>. Acesso em 20 setembro 2022.

TEDESCHI, Losandro Antonio. Os Direitos Humanos e as questões de Gênero. História Revista, ISSN-e 1984-4530, ISSN 1414-6312, Vol. 19, Nº. 3, 2014 (Ejemplar dedicado a: Mulheres, práticas políticas e gênero: História(s), Vivência(s) e Experiência(s) do(s) feminino(s)), págs. 22-40. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5013481> Acessado em: 05/07/2022

VIEIRA, Leonardo de Araújo. He for she: uma análise hermenêutica do discurso de lançamento do programa da ONU mulher pelo engajamento masculino na luta pela igualdade de gênero. 2016. 50 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Comunicação Social)—Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/16515> Acessado em: 18/08/2022.

VILARIM Fernanda Rodrigues, GOMES Eduardo Biacchi. Direitos humanos e acesso à Justiça: governança da internet e a quota onda do movimento feminista. Caderno da Escola Superior de Gestão Pública, Política, Jurídica e Segurança. Curitiba, vol. 3, n 1, p. 266-291, jan/jun 2020. Disponível em: [https://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/01\\_1282-3642-1-pb.pdf](https://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/01_1282-3642-1-pb.pdf) Acesso em: 18/08/2022

VOLKART, Ana Caroline Czerner. Igualdade de gênero, Urgência humanitária e gestão da vida: a capitalização delas por eles na HeforShe. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Lingüística, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/215466> Acesso em: 18/10/2022